



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
UNIDADE ACADÊMICA DE GESTÃO E NEGÓCIOS
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO

KAROLLYNE MARIA ARAÚJO DE MACÊDO

**ANÁLISE DA CONTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DO PDDE PARA A ESCOLA
MUNICIPAL ERNANI SÁTYRO EM JOÃO PESSOA - PB**

JOÃO PESSOA

2023



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
UNIDADE ACADÊMICA DE GESTÃO E NEGÓCIOS
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO

KAROLLYNE MARIA ARAÚJO DE MACÊDO

Trabalho de Conclusão de Curso com o requisito para conclusão do curso de Bacharelado em Administração, da Unidade Acadêmica de Gestão e Negócios – UAG do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba– IFPB.
Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Emmanuelle Arnaud Almeida.

JOÃO PESSOA

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP
Biblioteca Nilo Peçanha –IFPB, *Campus* João Pessoa

M141a Macêdo Karollyne Maria Araújo de.
Análise da contribuição dos recursos do PDDE para a Escola Municipal Ernani Sátiro em João Pessoa-PB / Karollyne Maria Araújo de Macêdo. – 2023.
63 f. : il.

TCC (Graduação – Bacharelado em Administração) – Instituto Federal da Paraíba – IFPB / Unidade Acadêmica de Gestão - UAG.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Emmanuelle Arnaud Almeida.

1. Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). 2. Autonomia escolar. 3. Gestão escolar. 4. Recursos financeiros. 5. Qualidade da educação. I. Título.

CDU 37.07

Bibliotecária responsável Taize Araújo da Silva – CRB15/536



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA

FOLHA DE APROVAÇÃO

KAROLLYNE MARIA ARAÚJO DE MACÊDO

20192460038

**ANÁLISE DA CONTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DO PDDE PARA A ESCOLA MUNICIPAL ERNANI SÁTYRO
EM JOÃO PESSOA - PB**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO apresentado em **28/11/2023** no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), Curso Superior de Bacharelado em Administração, como requisito institucional para a obtenção do Grau de Bacharel(a) em **ADMINISTRAÇÃO**.

Resultado: APROVADO

BANCA EXAMINADORA:

(assinaturas eletrônicas via SUAP)

Profa. Dra. Emmanuelle Arnaud Almeida (IFPB)

Orientadora

Prof. Me. Herbert José Cavalcanti de Souza (IFPB)

Examinador interno

Profa. Dra. Maria da Conceição Monteiro Cavalcanti (IFPB)

Examinadora interna

Documento assinado eletronicamente por:

- **Emmanuelle Arnaud Almeida**, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 05/12/2023 09:30:09.
- **Herbert Jose Cavalcanti de Souza**, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 05/12/2023 10:13:44.
- **Maria da Conceicao Monteiro Cavalcanti**, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 07/12/2023 11:53:32.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 29/11/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpb.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código 502286
Verificador: 9f34803adc
Código de Autenticação:



Av. Primeiro de Maio, 720, Jaguaribe, JOAO PESSOA / PB, CEP 58015-435
<http://ifpb.edu.br> - (83) 3612-1200

DEDICATÓRIA

A Deus, por estar sempre ao meu lado.
A minha mãe, meu marido e minha filha por todo amor e dedicação.

RESUMO:

A autonomia escolar envolve a liberdade das escolas de tomar decisões relacionadas ao currículo, gestão, recursos e outras áreas, dentro dos limites estabelecidos pela legislação e políticas educacionais. No contexto educacional brasileiro, o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) desempenha um papel significativo. O PDDE é uma iniciativa governamental que visa fortalecer a gestão escolar, melhorar a infraestrutura das escolas e promover a qualidade da educação por meio do repasse direto de recursos financeiros às instituições de ensino. O objetivo geral desta pesquisa consiste em descrever a contribuição dos recursos do PDDE para a Escola Municipal Ernani Sátyro em João Pessoa – PB. Neste trabalho foi utilizada pesquisa documental de material do FNDE e de outros autores, o levantamento foi feito dos dias 02 a 16 de outubro de 2023, para saber a opinião dos entrevistados sobre a utilização do recurso. As informações e dados coletados para a formulação deste estudo foram analisados de duas formas: quantitativa e qualitativa, através de uma análise do conteúdo. A melhora no investimento das políticas educacionais precisa ser contínua, as crianças do ensino básico precisam chegar ao nível médio lendo e escrevendo de forma correta e clara, para que a partir disso possa escolher o que é melhor para o seu futuro, gastos com educação não são gastos, mas investimento.

Palavras-chave: Autonomia; PDDE; Gestão Escolar.

ABSTRACT:

School autonomy involves the freedom of schools to make decisions related to curriculum, management, resources and other areas, within the limits established by legislation and educational policies. In the Brazilian educational context, the Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) plays a significant role. The PDDE is a government initiative that aims to strengthen school management, improve school infrastructure and promote the quality of education through the direct transfer of financial resources to educational institutions. The general objective of this research is to describe the contribution of PDDE resources to the Ernani Sátyro Municipal School in João Pessoa – PB. In this work, documentary research of material from FNDE and other authors was used. The survey was carried out from October 2nd to 16th, 2023, to find out the opinion of those interviewed about the use of the resource. The information and data collected for the formulation of this study were analyzed in two ways: quantitative and qualitative, through content analysis. The improvement in investment in educational policies needs to be continuous, children in basic education need to reach secondary level by reading and writing correctly and clearly, so that from this they can choose what is best for their future, spending on education does not They are expenses, but investment.

Keywords: Autonomy; PDDE; School management.

Sumário de Figuras

Figura 1 - Plano de Ação 2022.	40
Figura 2 - Plano de Ação 2023.	41
Figura 3 - Valores Recebidos e Executados de 2018 A 2022.	42
Figura 4 - Purificador de água.	43
Figura 5 - Impressora colorida.	44
Figura 6 - Tintas para uso da impressora colorida.	44
Figura 7 - Materiais para suporte pedagógico.	45
Figura 8 - Materiais para suporte pedagógico.	45
Figura 9 - Ventiladores.	46
Figura 10 - Jogos Educativos.	46

Sumário de Gráficos

Gráfico 1 - Comparativo Entre o Município e a Escola Estudada.....	35
Gráfico 2 - IDEB Projetado Mais o Alcançado.	36
Gráfico 3 - Comparativo do IDEB Estadual, Municipal e da Escola Ernani Satyro.	37
Gráfico 4 - Colocação de Melhores Escolas em João Pessoa, Segundo a Nota do IDEB.....	38

Sumário

1. INTRODUÇÃO	12
1.1. Contextualização Da Temática	12
2. OBJETIVOS	15
2.1. Objetivo Geral	15
2.2. Objetivos Específicos	15
3. JUSTIFICATIVA	16
4. REFERENCIAL TEÓRICO	19
4.1. Políticas Educacionais Para Melhoria Da Qualidade Da Educação Escolar	19
4.2. O PDDE Como Estratégia de Indução da Autonomia Escolar	22
4.3. Autonomia Escolar Na Escolha Da Execução Dos Recursos	25
4.4. Indicadores Da Educação a Nível Nacional	27
5. METODOLOGIA	31
5.1. Caracterização do estudo	31
5.2. Campo de investigação e participantes da pesquisa	32
5.3. Instrumentos e estratégias de coleta de dados	32
5.4. Tratamento e análise dos dados	33
6. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	35
6.1. A Qualidade Da Educação na Escola Ernani Sátyro	35
6.3. Valores recebidos pela escola Ernani Satyro	42
6.4. A importância da autonomia escolar na escolha da execução dos recursos do PDDE ..	47
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS	53
APENDICES	60
APENDICES A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO E AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA DE CAMPO	60
APENDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA	63

1. INTRODUÇÃO

1.1. Contextualização Da Temática

Na busca de garantir transformações que promovam a melhoria do bem-estar social ou que deem acesso a direitos previstos na nossa Constituição para a população, o Estado brasileiro desenvolve ações ou programas vinculados a Políticas Públicas. Essas políticas públicas, quando voltadas para a Educação, tem por objetivo colocar em prática medidas que garantam o acesso à Educação para todos os cidadãos.

A educação é um pilar fundamental para o desenvolvimento da sociedade e o crescimento individual de seus membros. Nesse contexto, a autonomia escolar emergiu como um tópico de discussão crucial, pois reflete não apenas a capacidade das instituições educacionais de tomar decisões independentes, mas também o impacto dessas decisões na qualidade da educação oferecida.

A autonomia escolar envolve a liberdade das escolas de tomar decisões relacionadas ao currículo, gestão, recursos e outras áreas, dentro dos limites estabelecidos pela legislação e políticas educacionais.

No âmbito da rede pública, as políticas públicas educacionais são de extrema relevância na melhoria do ensino e aprendizagem dos alunos, pois trazem melhores condições de ensino, sendo, em sua maioria, de responsabilidade do governo federal, com o intuito de contribuir para a melhoria do acesso à educação.

As políticas educacionais no Brasil precisam levar em consideração, acima de tudo, os aspectos abordados pela Constituição Federal e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) — especialmente a garantia do direito de acesso à educação a qualquer brasileiro (UNYLEYA, 2019).

Elas são adotadas a partir de leis nas três esferas e criadas pelo Legislativo e as propostas são enviadas pelo Executivo. A criação conta com o apoio de representantes da sociedade civil e de classes da educação.

Araújo (2011) destaca que o direito à educação alterna entre a oportunidade de acesso e a possibilidade de permanência na escola por meio de uma educação igualitária de qualidade,

embora quantitativamente as escolas públicas pareçam ser suficientes, não o são do ponto de vista qualitativo.

A partir de 1988, com a promulgação da Constituição Federal do Brasil, houve o fortalecimento da autonomia de estados e municípios, o que resultou na criação de diversas políticas em todos os níveis de governo. Em relação às políticas de educação, foi criado, em 1995, o Programa Dinheiro Direto na Escola (SAMPAIO e OLIVEIRA, 2014).

O PDDE foi criado, em 1995, com a denominação de Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (PMDE), por meio da Resolução nº 12, de 10 maio de 1995, do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e ao longo do tempo, a cada ano, veio se consolidando como política pública, sendo atualmente regulamentado pela Lei nº 11.947 (1), de 16 de junho de 2009, fundamentada no § 1º do art. 211 da Constituição Federal Brasileira de 1988, que estabelece que “A União [...] exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, [...] **mediante assistência técnica e financeira** aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios” (FNDE, 1995).

No contexto educacional brasileiro, o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) desempenha um papel significativo. O PDDE é uma iniciativa governamental que visa fortalecer a gestão escolar, melhorar a infraestrutura das escolas e promover a qualidade da educação por meio do repasse direto de recursos financeiros às instituições de ensino.

A Autonomia Escolar na execução do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) é um princípio importante no contexto educacional. O PDDE é um programa do governo brasileiro que fornece recursos financeiros diretamente às escolas para que possam realizar melhorias em sua infraestrutura, comprar materiais pedagógicos e promover ações que contribuam para a qualidade da educação.

Para o desenvolvimento deste estudo, foi utilizado os seguintes materiais: Sites educacionais do Ministério da Educação (MEC), Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e FNDE;

Para tanto, o tema foi escolhido porque acredita-se que a política pública, quando bem aplicada, pode trazer grandes benefícios para a população e ajudar a solucionar alguns problemas sociais existentes. Porém, podemos perceber que quando falamos em políticas públicas, geralmente se ouve falar mais dos problemas do que dos avanços. O objetivo então, é se aprofundar ainda mais sobre o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), mostrando os avanços que o programa traz para a escola em questão, sobre a evolução que ela conquistou com o suporte do recurso e na melhoria do ensino/aprendizagem dos alunos.

Em face do exposto, esta pesquisa apresenta como problema, a seguinte questão: **COMO OS RECURSOS DO PDDE PODE CONTRIBUIR PARA A ESCOLA MUNICIPAL ERNANI SÁTYRO?**

Ao longo deste estudo, examinaremos como o programa é implementado, os desafios enfrentados pela escola na gestão desses recursos, e as transformações que ele trouxe para a instituição de ensino e, conseqüentemente, para a qualidade da educação oferecida. Com esta pesquisa, almejamos contribuir para um entendimento mais abrangente do PDDE e seu papel no contexto educacional do Brasil.

2. OBJETIVOS

2.1. Objetivo Geral

O objetivo geral desta pesquisa consiste em analisar a contribuição dos recursos do PDDE para a Escola Municipal Ernani Sátyro em João Pessoa – PB.

2.2. Objetivos Específicos

- Expor os indicadores de qualidade da educação da escola;
- Demonstrar a execução do programa de política pública PDDE na escola;
- Descrever a importância da autonomia escolar na escolha da execução dos recursos do PDDE.

3. JUSTIFICATIVA

Segundo Castro (1977) um tema é tido como original se os resultados tiverem capacidade de superar as expectativas. No que se refere a este tema, ele é tido como importante, pois pretende-se demonstrar como uma escola específica consegue melhorar seus índices sociais e educacionais tendo escolhas assertivas, com o auxílio da comunidade com isso conseguindo que seus objetivos como escola sejam alcançados.

A educação desempenha um papel fundamental no desenvolvimento de uma sociedade. Uma gestão eficiente dos recursos destinados às escolas, como o PDDE, pode influenciar diretamente a qualidade da educação oferecida e, conseqüentemente, o futuro dos alunos e o progresso do país.

A autonomia das escolas é um conceito essencial para o aprimoramento do sistema educacional. Entender como o PDDE afeta a autonomia das instituições de ensino, permitindo ou limitando sua capacidade de tomar decisões pedagógicas e administrativas, é crucial para otimizar a eficiência do programa e garantir que ele contribua para o fortalecimento das escolas.

A autonomia escolar no PDDE significa que as escolas têm flexibilidade para decidir como utilizar esses recursos de acordo com suas necessidades específicas, melhorando assim o desenvolvimento dos alunos que estão ali.

A educação municipal sempre foi uma questão que deveria ser olhada com mais carinho pela população, as crianças que ali estão em sua maioria vive em um ambiente de vulnerabilidade muito grande, se comparado a crianças de outras redes de ensino, muitas delas fazem sua única refeição no ambiente escolar, não tem calçados e vestimentas apropriadas para ir até a escola. Políticas públicas e educacionais contribuem para que a realidade seja diferente, contamos com políticas como: PNAE, Bolsa Família, ECA, FUNDEB e FNDE.

O PDDE é um programa criado pelo FNDE que tem entre seus objetivos fazer com que melhorias aconteçam no meio educacional e social, buscando transformações na realidade vividas por muitas crianças. Para isso, o FNDE envia recursos para que projetos pedagógicos e educacionais criados dentro daquele ambiente escolar, possam ser mais assertivos com a realidade delas, sendo utilizado de maneira mais coerente e fazendo com que os alunos possam melhorar sua socialização, criatividade e rendimento escolar.

O tema em questão foi escolhido com o intuito de mostrar para a comunidade acadêmica como o incentivo para que o recurso seja usado de uma maneira mais participativa e alinhada com a realidade da escola é importante para a melhora dos resultados das crianças que a frequentam.

Quando a escola concorda em utilizar as verbas visando priorizar ações mais específicas para aquela realidade e que possam contribuir mais assertivamente com seus alunos, o ambiente acaba se tornando um local mais acolhedor, onde o aluno deseja frequentar e permanecer e assim contribuindo com o melhoramento do seu rendimento escolar e social.

A relevância da pesquisa sobre o PDDE e a autonomia na execução dos recursos escolares têm um impacto direto na sociedade por mostrar como o uso do recurso em uma determinada escola pode contribuir no desempenho escolar e social dos alunos da comunidade.

A oportunidade de os membros da UEX poderem debater sobre o que deve ser feito e onde os recursos podem ser empregados, priorizando demandas e particularidades locais, que dificilmente podem ser mapeadas num programa que tem abrangência nacional, podem trazer maior eficiência e eficácia na utilização dos recursos. Logo, entendendo como o programa pode ser aprimorado para promover a autonomia das escolas, estamos contribuindo para a formação de cidadãos mais capacitados e para o progresso do país como um todo.

A viabilidade é dada por todo ambiente no momento da realização da pesquisa levando em consideração as dificuldades encontradas pelo pesquisador no momento de sua criação, os recursos investidos, os seus prazos, a disponibilidade de informações no momento da pesquisa, entre outros. No desenvolvimento de sua pesquisa o estudante pode realizar as observações que achar pertinente para que ela seja feita com a maior quantidade de informações possíveis. As informações são de fácil acesso, visto que o pesquisador trabalha nesse meio que foi elaborado a pesquisa.

A partir de tudo que foi exposto percebe-se que o presente estudo atendeu a classificação utilizada por Castro (1977).

Esta pesquisa se justifica, pois apesar da importância do PDDE, ainda há uma lacuna significativa na pesquisa que examina em profundidade como ele afeta a autonomia escolar. Existem poucos estudos que investigam essa relação de forma abrangente e detalhada. Este

TCC busca preencher essa lacuna, fornecendo *insights* valiosos para educadores, gestores educacionais e formuladores de políticas.

Numa visão mais micro sua importância também pode ser dada a uma possível contribuição para as comunidades científicas em relação a importância de se identificar, analisar e demonstrar como o uso dos recursos federais podem auxiliar na melhora escolar e social dos alunos da escola municipal Ernani Sátyro em João Pessoa, mostrando que é fundamental a participação da comunidade nas tomadas de decisão para que esse recurso seja executado da melhor maneira possível.

Portanto, este TCC visa preencher uma lacuna de pesquisa, contribuir para o debate sobre políticas educacionais e, ao fazê-lo, promover melhorias na gestão do PDDE e na promoção da autonomia escolar, com benefícios diretos para o sistema educacional e a sociedade como um todo. Permitindo que as pessoas em geral olhem para as políticas públicas e educacionais com outros olhos, visto que elas são criadas para beneficiar os menos favorecidos e mostrar que é de suma importância sua existência para que não haja segregação e que crianças e jovens consigam ter acesso ao básico, como: saúde, educação e segurança.

4. REFERENCIAL TEÓRICO

4.1. Políticas Educacionais Para Melhoria Da Qualidade Da Educação Escolar

Segundo Goldemberg (1993, n. p.) “A educação sempre foi considerada um bem em si, pelas oportunidades que oferece de enriquecimento cultural, mas isso, por si só, não cria as condições para que a universalização do acesso à escola se transforme em prioridade das políticas governamentais.”

As políticas públicas educacionais são diretrizes, estratégias e programas implementados pelo governo em níveis federal, estadual ou municipal que tem como finalidade melhorar a qualidade da educação. Essas políticas têm um grande impacto na sociedade, pois a educação desempenha um papel crucial no desenvolvimento individual e no progresso de seu país.

Podemos chamar de políticas públicas educacionais a implementação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef – 1996) e, depois do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb, de 2006, renovado em 2020), a criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb – 2007), a ampliação do ensino fundamental para nove anos, a aprovação do Piso Nacional Salarial do Magistério (Lei 11.738/2008), a ampliação, através da Emenda Constitucional 59/2009, da idade obrigatória na educação básica (de 4 a 17 anos), a aprovação do Plano Nacional de Educação (Lei 13.005/2014), a elaboração e publicação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a reforma do ensino médio (Lei 13.415/2017) entre tantas outras medidas. (GRISA, 2022, n. p.)

Políticas educacionais são um tipo de instrumento governamental que têm o objetivo de fornecer subsídios para ampliação e universalização da educação num país, seja em nível federal, estadual ou municipal (PUC GOIÁS, 2021). Essas políticas buscam melhorar a qualidade do ensino, estabelecendo assim padrões educacionais, currículos, treinamento de professores e avaliações para medir o desempenho dos alunos e das escolas.

De acordo com pesquisas realizadas por Araújo (2011, p. 280), "ainda não temos no Brasil do século XXI um sistema de Educação que possa ser denominado nacional, dadas as profundas disparidades entre estados e regiões". Se comparado a outros países, conseguimos enxergar a disparidade da educação no ensino fundamental, os índices de qualidade da educação no Brasil quando comparado são baixos e de qualidade bem inferior, o que acaba contrariando até o que a legislação exige sobre a educação.

Conforme Schwartzman (2005) há muitos problemas no ensino básico que devem ser analisados e levados em conta pelas políticas públicas educacionais, essas questões visam a qualidade da educação, a recuperação de adolescentes e adultos jovens que por algum motivo deixaram a escola ou estão atrasados no ensino.

Segundo informações do Jornal CNN Brasil (2021, n. p.):

No eixo que avalia a educação, o Brasil teve a pior avaliação entre as nações analisadas, alcançando a 64ª posição. Entre outros fatores, o resultado nesse quesito se explica pelo mau desempenho do país no que diz respeito aos gastos públicos totais em educação. Segundo a pesquisa, quando avaliado em termos per capita, o mundo investe em média US\$6.873 (cerca de R\$34,5 mil) por estudante anualmente, enquanto o Brasil aplica apenas US\$2.110 (R\$10,6 aproximadamente).

Araújo (2011) destaca que o direito à educação alterna entre a oportunidade de acesso e a possibilidade de permanência na escola por meio de uma educação igualitária de qualidade; embora quantitativamente as escolas públicas pareçam ser suficientes, não o são do ponto de vista qualitativo.

As políticas públicas educacionais precisam centralizar seus esforços para que exista melhoria da qualidade de ensino, podendo assim proporcionar meios mais adequados para que as instituições consigam exercer seu papel com uma maior autonomia pedagógica, conseguindo administrar da melhor forma possível, para que isso aconteça se conta com o apoio do Estado, dessa maneira é transmitido maior segurança a sociedade.

Em termos de avaliação da educação básica, a política pública que se consolidou no período recente foi o Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), indicador elaborado pelo Ministério da Educação. O Ideb é calculado com base em dois resultados que são nucleares para definir a qualidade da educação e, por consequência, para acompanhar e avaliar a oferta do direito à educação: a escolarização e a aprendizagem. A escolarização é aferida pelas taxas de aprovação, isto é, a proporção de alunos que passam ou não de ano, e o aprendizado é medido pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), por meio das provas de proficiência em língua portuguesa e em matemática. (GRISA, 2022, n. p.)

Ferreira (2014, n. p.) revela também que ao se tratar de qualidade na educação, deve-se levar em conta também” a estrutura física do local de ensino, a organização escolar, além do aporte metodológico e didático que possibilite aos docentes oferecer um processo de ensino e aprendizagem com qualidade e eficiência.”

As políticas educacionais também se esforçam para reduzir as desigualdades no sistema educacional, conseguindo assim proporcionar recursos adicionais para estudantes com necessidades especiais, comunidades carentes e grupos marginalizados.

Essas tentativas de ocultar as desigualdades e de desviar a relação entre Estado, políticas, instituições e desigualdades têm se revelado incapazes de ocultar o crescimento e massificação da pobreza, do desemprego, do trabalho infantil e adolescente, da fome e da precarização brutal das formas de viver (Arroyo, 2010).

Segundo as palavras de Araújo e Cassini (2017, p. 573):

Se atentarmos para as questões que tornam controversa a educação concebida como serviço público subjetivo e bem público, as concepções de educação como bem público (que pressupõe proteção e garantia de direitos) desconsideram o risco que se corre do possível (e não desejável) retrocesso na história da luta em defesa da escola única. Por isso, urge a necessidade de estudos teóricos que estabeleçam interfaces com outras áreas do conhecimento, evitando a propagação de concepções que, ao invés de fortalecerem a Educação como direito público subjetivo, podem torná-la obtusa.

O financiamento é um componente crítico das políticas educacionais. Os governos devem alocar recursos adequados para escolas, professores, material didático e infraestrutura, garantindo que as metas educacionais sejam alcançadas.

A defesa por uma gestão pública que funcione efetivamente se baseia na criação de uma política neoliberal com a visão do Estado mínimo, sendo assim a comunidade escolar seria uma das principais responsáveis pelas atividades colaborando assim com uma melhor gestão. “A defesa da responsabilização dos gestores e o protagonismo dos pais, dos alunos e dos professores nas tomadas de decisões da escola, aspectos inerentes à nova gestão pública” (CABRAL NETO, 2009, p. 198).

Além do ensino básico, as políticas públicas também podem abranger a educação superior e programas de treinamento profissional para garantir que os cidadãos tenham oportunidades de aprendizado ao longo da vida.

Segundo (Bernardo et al, 2020, n. p.) “A melhoria dos indicadores na educação básica, tanto no fundamental, quanto no médio, foi mais expressiva no Norte e Nordeste, regiões que mais receberam recursos do Fundeb a partir de 2008 e que devem ser as mais contempladas com a renovação do fundo”.

Políticas educacionais frequentemente incluem sistemas de avaliação e monitoramento para medir o progresso e identificar áreas que precisam de melhoria contínua. Uma dessas áreas é a formação continuada para professores para que haja um aperfeiçoamento na didática entregue aos alunos

García (1999, p. 26) define como objeto da formação docente “[...] os processos de formação inicial ou continuada, que possibilitam aos professores adquirir ou aperfeiçoar seus conhecimentos, habilidades, disposições para exercer sua atividade docente, de modo a melhorar a qualidade da educação que seus alunos recebem”.

Investir no desenvolvimento profissional de professores e educadores é uma parte essencial das políticas educacionais, pois influencia diretamente a qualidade da instrução.

4.2. O PDDE Como Estratégia de Indução da Autonomia Escolar.

O PDDE foi criado em 1995, quando a concepção teórica que balizava a atuação do Governo Federal era a do neoliberalismo, o qual visa garantir a saúde financeira dos Estados e o desenvolvimento econômico por meio da delegação da prestação de serviços públicos à iniciativa privada, privatização de empresas públicas e controle dos gastos estatais. Nesse contexto, o PDDE foi concebido alinhado ao neoliberalismo que vigorou em 1995, tendo em vista que o programa aumenta a autonomia dos secretários e gestores escolares e descentraliza as decisões sobre a política de educação (SAMPAIO e OLIVEIRA, 2014).

O PDDE foi criado pela Resolução nº 12, de 10 de maio de 1995, com o nome de Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (PMDE), passando a ser denominado como PDDE, com a edição de Medida Provisória do governo federal. O PDDE representa um compromisso do governo em fortalecer as escolas e garantir que elas tenham os recursos necessários para oferecer uma educação de qualidade.

O Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE consiste na destinação anual, pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, de recursos financeiros, em caráter suplementar, às escolas públicas estaduais, municipais e distritais de educação básica, as escolas de educação especial qualificadas como beneficentes de assistência social ou de atendimento direto e gratuito ao público, de acordo com o Capítulo II Art. 2º da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009 (BRASIL, 2009, n. p.)

O PDDE desempenha um papel fundamental na promoção da educação no Brasil, fornecendo recursos financeiros diretamente às escolas para melhorias em infraestrutura e qualidade educacional. O programa consegue contemplar também a participação dos demais segmentos escolares por parte dos conselhos escolares.

Os recursos financeiros recebidos pelo programa são repassados diretamente às contas correntes abertas pelo FNDE para as Unidades Executoras/ Conselhos Escolares das escolas patrimoniais. Essas contas são abertas em nome da Unidade Executora que tenha sido habilitada junto ao Fundo Nacional da Educação (FNDE). Os valores têm como base o número de alunos matriculados no Ensino Fundamental,

recenseados no a direta nas escolas, são destinados ao atendimento de necessidades cotidianas e emergenciais, tais como: Aquisição de material permanente e consumo (PEREIRA, 2009, p. 17).

O programa tem como objetivo principal disponibilizar recursos financeiros diretamente às escolas para que possam investir em melhorias em sua infraestrutura física, compra de materiais didáticos, equipamentos, manutenção e pequenas reformas.

Com isso pode-se observar que o PDDE é uma ferramenta importante para a autonomia das escolas, permitindo que elas decidam como investir os recursos de acordo com suas necessidades específicas. Para que haja tais decisões é criada a UEX para que elas possam se reunir junto à comunidade escolar para que sejam feitas as escolhas.

O importante é que ao constituir sua Unidade Executora, a escola congregue pais, alunos, funcionários, professores e membros da comunidade, de modo que esses segmentos sejam representados em sua composição (BRASIL, 2009).

A gestão é feita de forma compartilhada as escolas beneficiárias pelo PDDE precisam formar um comitê gestor, esse comitê inclui membros da comunidade escolar, para decidir sobre o uso dos recursos de forma transparente e democrática.

A coordenação do PDDE é inovadora porque não lida diretamente com a coordenação intergovernamental tradicional entre União e as secretarias estaduais e municipais de educação. O programa funciona com base no repasse de verbas da União para Unidades Executoras (UEX) de cada escola, levando em consideração a quantidade de alunos de cada escola beneficiária (SAMPAIO e OLIVEIRA, 2014).

A resolução nº10 de 04/2013, em seu artigo 4º, especifica que:

Os recursos do programa destinam-se à cobertura de despesas de custeio, manutenção e pequenos investimentos que concorram para a garantia do funcionamento e melhoria da infraestrutura física e pedagógica dos estabelecimentos de ensino beneficiários, devendo ser empregados: I – na aquisição de material permanente; II – na realização de pequenos reparos, adequações e serviços necessários à manutenção, conservação e melhoria da estrutura física da unidade escolar; III – na aquisição de material de consumo; IV – na avaliação de aprendizagem; V – na implementação de projeto pedagógico; e VI – no desenvolvimento de atividades educacionais (BRASIL, 2013, p. 10).

A administração voltada para a qualidade da escola trabalha em função de melhorar o processo de decisões dentro das unidades escolares, busca a promoção do desenvolvimento social, dando oportunidade para que se tenham melhores condições de vida, prevendo um

processo de divisão do trabalho, direcionado à formação do homem como ser ativo, dentro de uma sociedade aberta às críticas numa perspectiva democrática (PEREIRA, 2009).

De acordo com o artigo 5º, da Resolução nº 10 de 18 de abril de 2013:

Art. 5º Os recursos do PDDE serão destinados às escolas e aos polos, de que tratam os incisos I, II e III do art. 3º, por intermédio de suas Entidades Executoras (EEx), Unidades Executoras Próprias (UEX) e Entidades Mantenedoras (EM), assim definidas: I - Entidade Executora (EEx) - prefeituras municipais e secretarias distritais e estaduais responsáveis pela formalização dos procedimentos necessários ao recebimento, execução e prestação de contas dos recursos do programa, destinados às escolas de suas redes de ensino que não possuem UEX, bem como pelo recebimento, análise e emissão de parecer das prestações de contas das UEX, representativas de suas escolas ou dos polos presenciais da UAB a ela vinculados; II - Unidade Executora Própria (UEX) - entidade privada sem fins lucrativos, representativa das escolas públicas e dos polos presenciais da UAB, integrada por membros da comunidade escolar, comumente denominada de caixa escolar, conselho escolar, colegiado escolar, associação de pais e mestres, círculo de pais e mestres, dentre outras entidades, responsáveis pela formalização dos 17 procedimentos necessários ao recebimento dos repasses do programa, destinados às referidas escolas e polos, bem como pela execução e prestação de contas desses recursos; e III - Entidade Mantenedora (EM) - entidade privada sem fins lucrativos, qualificada como beneficente de assistência social, ou de atendimento direto e gratuito ao público, representativa das escolas privadas de educação especial, responsáveis pela formalização dos procedimentos necessários ao recebimento dos repasses do programa, destinados (BRASIL, 2013, n. p.).

Os repasses dos recursos dependendo de qual for o programa é dividido em duas parcelas, sendo sempre a primeira no início do ano e a segunda mais para o final, porém vai depender do período em que as informações das escolas são lançadas no sistema do FNDE. O seu público-alvo é direcionado principalmente para escolas públicas da educação básica, incluindo creches, pré-escolas, ensino fundamental e médio.

Há acompanhamento frequente de todas as etapas de execução e prestação de contas por uma equipe integrada. Muitas questões/dúvidas em quaisquer das etapas de gestão do PDDE a serem esclarecidas contam com o apoio das secretarias de educação, municipais ou estaduais, como para o aviso dos recursos disponíveis, quais bens/serviços podem ser atendidos com os recursos do programa e na finalização da prestação de contas. Outro destaque é sobre a capacitação dos membros das UEX para gestão do PDDE que ocorre frequentemente por meio das secretarias de educação ou por repasse de informações entre os próprios membros (UnB, 2021, p. 13).

O Acompanhamento dos recursos recebidos devem ser utilizados de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo programa, e essa aplicação dos recursos é acompanhada pelos órgãos de controle e pelo FNDE.

Segundo o FNDE, a destinação dos recursos os classifica em:

1. Despesas de custeio – utilizados em contratação de serviços ou em aquisição de materiais de consumo. São as que em razão de uso contínuo e da definição da Lei nº4.320, de 17 de março de 1964, onde no art. 1º “Classificam-se como Despesas de Custeio as dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis”, perdem naturalmente sua identidade física e/ou tem utilidade por até dois anos. 2. Despesas de Capital – utilizados em aquisição de materiais permanentes. São os materiais que com o uso contínuo, não perdem sua identidade física e/ou tem durabilidade por mais de dois anos (FNDE, 2012).

O PDDE é um exemplo de como as políticas educacionais podem promover a descentralização e a autonomia, capacitando as escolas a serem protagonistas em suas comunidades.

4.3. Autonomia Escolar Na Escolha Da Execução Dos Recursos

Na literatura acadêmica, o tema da autonomia aparece, normalmente, vinculado à ideia de participação social e/ou vinculado à ideia de ampliação da participação política, relacionando-a a descentralização e desconcentração do poder (MARTINS, 2002).

A autonomia escolar no PDDE significa que as escolas têm flexibilidade para decidir como utilizar esses recursos de acordo com suas necessidades específicas. Isso permite que as instituições de ensino tenham maior controle sobre o uso dos fundos, adaptando-os às demandas locais, o que pode incluir reformas, compra de livros didáticos, investimento em tecnologia ou outras iniciativas. No entanto, é importante ressaltar que a autonomia não significa ausência de prestação de contas.

Estes atributos estão incorporados à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996), assim como enfatizados no Plano Nacional de Educação (PNE) (Lei nº 10.172/2001) e outras normativas infraconstitucionais, decretos e portarias ministeriais. Em relação à gestão escolar autônoma, o artigo 15 da LDB/1996 preconiza que os estabelecimentos escolares no Brasil devam ter autonomia administrativa, pedagógica e financeira. (BRASIL, 200, p. 98)

A Entidade deve proceder com a obrigação legal em prestar contas quando tiver recebido recursos do PDDE ou de suas ações naquele exercício. Também deverá prestar contas se tiver saldos de recursos reprogramados de anos anteriores, mesmo que não tenham ocorrido novos repasses de recursos. Vale lembrar que, mesmo se não houver execução de recursos, é necessário prestar contas reprogramando o valor disponível para uso no ano seguinte (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2014).

Monaco (2022, p. 329 - 335) mostra sua visão sobre descentralização.

Analisa a respeito do conceito de descentralização e evidencia que os programas federais de transferência de recursos não se constituem em uma política que assegura de fato a autonomia financeira, uma vez que o poder decisório continua centralizado na União quando se trata da política de gestão escolar. Já segundo o Ministério da Educação - MEC são os representantes da comunidade escolar que têm o papel central na gestão dos recursos, sendo os responsáveis pelo seu recebimento, administração e prestação de contas.

Esta iniciativa vem corroborada pela LDB/1996, art. 75, § terceiro, em que “[...] a União poderá fazer a transferência direta de recursos a cada estabelecimento de ensino, considerando o número de alunos que efetivamente frequentam a escola [...]” (BRASIL, 2001)

As escolas devem prestar contas da utilização dos recursos do PDDE, garantindo que eles sejam utilizados de forma transparente e de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo programa.

De acordo com a o art. 7º, § 1º, da Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e pelo art. 14, inciso I, Anexo I, do Decreto nº 9.007, de 20 de março de 2017, e pelo art. 3º, incisos I e II, e 6º, inciso IV, do Anexo da Resolução nº 31, de 30 de setembro de 2003, “A relevância do fortalecimento da autonomia e da autogestão das escolas públicas e escolas de educação especial ou de atendimento direto e gratuito ao público qualificadas como beneficentes de assistência social, com vistas à consecução de seus fins sociais.” (Brasil, 2003, n. p.).

Os conselhos escolares têm como estratégia a sua participação representativa no processo de decisão. Para Cury a etimologia é o latim *consilium*, originário do verbo *consulare*, que tem como significado:

Tanto ouvir alguém quanto submeter algo a uma deliberação de alguém, após uma ponderação refletida, prudente e de bom senso. Trata-se, pois, de um verbo cujos significados postulam a via de mão-dupla: ouvir e ser ouvido (Cury, 2000, p.47).

Os passos para a criação UEX são: mobilizar e motivar a comunidade escolar, fazer a escolha dos membros que irão representar dentro da escola, após isso é feita a convocação para a assembleia geral com a presença de todos os membros da comunidade.

São objetivos da Assembleia: discutir e aprovar o estatuto da Unidade Executora (sugere-se que tenha sido anteriormente estudado e debatido em pequenos grupos da comunidade escolar e local); eleger e dar posse à Diretoria, ao Conselho Deliberativo e ao Conselho Fiscal; e lavrar a ata da Assembleia Geral de constituição da Unidade Executora, com assinaturas dos participantes da reunião, o que será feito pelo Secretário da Unidade Executora (BRASIL, 2009).

A autonomia impõe um novo padrão de política, planejamento e gestão educacionais, tanto do ponto de vista da escola como dos sistemas de ensino (NEVES, 1995, p. 97).

A Autonomia Escolar na execução do PDDE busca promover uma gestão mais participativa e eficiente, permitindo que as escolas atendam às necessidades específicas de seus alunos e comunidades, contribuindo assim para a melhoria da qualidade da educação.

Pelo exposto, observa-se que, além de novos mecanismos normativos e logísticos, esta gestão escolar autônoma requer a incorporação, pelo conjunto dos atores envolvidos, de novos valores que deem suporte a esta nova forma de gestão (CARNEIRO, 2010).

4.4. Indicadores Da Educação a Nível Nacional

Os indicadores da educação no Brasil são fundamentais para avaliar o sistema educacional do país. Alguns dos principais indicadores incluem: Taxa de alfabetização, taxa de escolarização, índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB), taxa de abandono escolar, taxa de conclusão escolar, investimento em educação e o índice de qualidade da educação (IQE).

A taxa de analfabetismo recuou de 6,1% em 2019 para 5,6% em 2022. O Nordeste tinha a taxa mais alta (11,7%) e o Sudeste, a mais baixa (2,9%). No grupo dos idosos (60 anos ou mais) a diferença entre as taxas era ainda maior: 32,5% para o Nordeste e 8,8% para o Sudeste. Das 9,6 milhões de pessoas com 15 anos ou mais de idade que não sabiam ler e escrever, 59,4% (5,3 milhões) viviam no Nordeste e 54,1% (5,2 milhões) tinham 60 anos ou mais (IBGE, 2023).

A taxa de alfabetização é um dos indicadores mais importantes, pois com ele conseguimos enxergar a que nível estão os alunos, ele consegue medir a proporção da população que sabe ler e escrever, com isso o governo pode traçar estratégias para que os objetivos planejados sejam alcançados.

A taxa de escolarização da população de 6 a 14 se mantém elevada em 99,4%, mas a taxa ajustada de frequência escolar líquida – que considera a adequação idade/etapa – caiu de 97,1% em 2019 para 95,2% em 2022 e chegou ao menor nível da série, iniciada em 2016. A taxa de escolarização das pessoas de 15 a 17 anos subiu de 89,0% em 2019 para 92,2% em 2022. Também aumentou a proporção dos que estavam na etapa adequada, frequentando ou já tendo concluído o ensino médio, passando de 71,3% em 2019 para 75,2% em 2022 (IBGE, 2023).

A taxa de escolarização refere-se à proporção de crianças e jovens matriculados na escola em relação à população em idade escolar. Com isso é acompanhado o domínio da leitura do aluno, como anda o desenvolvimento da sua escrita, as suas habilidades matemáticas e com cálculo, além de sua forma de observar e compreender seu ambiente social, político além dos seus valores básicos da sociedade.

As médias de desempenho dos estudantes, apuradas no Saeb, juntamente com as taxas de aprovação, reprovação e abandono, apuradas no Censo Escolar, compõem o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

O Ideb de 2021 teve pouca variação em razão da Covid-19, na comparação com o resultado de 2019. O índice de 2021 para os anos iniciais do ensino fundamental ficou em 5,8 em uma escala de 1 a 10. Em 2019, ele foi de 5,9. Nos anos finais do ensino fundamental o Ideb de 2021 foi de 5,1 frente a 4,9 da edição anterior. Já no ensino médio, o indicador em 2021 foi de 4,2, o mesmo que em 2019.

O índice é um importante condutor de política pública em prol da qualidade da educação. É a ferramenta para acompanhamento das metas de qualidade para a educação básica (Brasil, 2022, n. p.).

O IDEB é usado para saber o nível dos alunos das escolas públicas do Brasil, as provas do SAEB são feitas a cada dois anos, sempre o governo federal lança uma estimativa de nota para cada instituição e cabe a cada uma delas preparar seus alunos para que essa nota seja alcançada ou até ultrapassada, as provas avaliam alunos do 5º ano, 9º ano e 3º ano do ensino médio, porém desde 2021 foram incluídos na avaliação as turmas de 2º ano do ensino fundamental.

A taxa de abandono escolar indica quantos estudantes deixam a escola antes de completar seus estudos, o governo em si oferece recursos para estruturar a educação no país, ofertando: escolas, merenda, fardamento, livros, professores entre outros, porém a evasão nas escolas ainda é muito grande, muitas das crianças não têm recursos para ir a escola, algumas delas precisam trabalhar para ajudar no sustento do seu lar, vários chegam a se matricular mas com uma frequência muito baixa.

“Um estudo inédito, realizado pelo Ipec para o UNICEF, revela que 2 milhões de meninas e meninos de 11 a 19 anos que ainda não haviam terminado a educação básica deixaram a escola no Brasil. Eles representam 11% do total da amostra pesquisada. O estudo confirma a crise profunda da Educação no Brasil” (UNICEF, 2022, n. p.).

As medidas usadas foram projetos para que os alunos voltassem a se interessar pelo ambiente escolar, o projeto você de volta foi criado como uma forma de busca ativa dos alunos com isso melhorar a aprendizagem de cada um deles, já o município criou o “letrar mais” e o curso de verão e o FNDE criou o investimento dentro do programa PDDE QUALIDADE chamado tempo de aprender que faz com que as escolas contemplem os alunos de 1º e 2º ano com aulas de reforço para melhorar o desenvolvimento educacional desses alunos que estão começando.

A Taxa de conclusão escolar mostra quantos alunos concluem os níveis de ensino, como o ensino fundamental e médio.

No Brasil, 53,2% das pessoas com 25 anos ou mais de idade concluíram a educação básica obrigatória; ou seja, possuíam, no mínimo, o ensino médio completo em 2022. Já o percentual das pessoas da mesma faixa etária com nível superior completo, era de 19,2% no mesmo ano (IBGE, 2022).

Um valor ainda considerado mediano se comparado a outros países do mundo, por isso a importância de métodos, políticas públicas mais rigorosas voltadas para a educação dos jovens, para que eles consigam concluir pelo menos a educação básica no tempo certo.

Em média, cerca de 79% dos adultos entre 25 e 64 anos nos países da OCDE concluíram o ensino médio. Nos 33 países da OCDE e na Rússia, 60% ou mais da população entre 25 e 64 concluíram, pelo menos, o ensino médio (OCDE, 2018).

O investimento em educação mede os recursos financeiros destinados à educação em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) do país.

“O MEC, por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), reajustou o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). O aumento foi de 48% do valor fixo por escola, que é utilizado para calcular o montante total a ser repassado a cada unidade de ensino. Além da parte fixa, as escolas recebem uma quantia que varia de acordo com o número de estudantes da unidade. O reajuste foi publicado na Resolução nº 5, de 18 de abril de 2023” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2023, n. p.).

Outros investimentos de recomposição da educação foram feitos na tentativa de que os números melhorem com o passar dos anos.

As universidades e os Institutos Federais (IFs) brasileiros receberão R\$2,44 bilhões extras para o fortalecimento da educação superior e do ensino profissional e tecnológico. Ao todo, 70% do montante (1,7 bilhão) será disponibilizado para a recomposição direta nas universidades e institutos. Desse valor, aproximadamente R\$1,32 bilhão será direcionado para as universidades e R\$388 milhões para os IFs. Esse valor fará com que o montante disponibilizado para todas as universidades e institutos voltem ao montante global de receitas discricionárias de 2019. Os outros 30%, cerca de R\$730 milhões, serão destinados para obras e outras ações que ficaram com as despesas descobertas na gestão anterior, como ocorreu com a residência médica e multiprofissional, e com bolsas de permanência para estudantes (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2023, n.p.).

O índice de Qualidade da Educação (IQE) avalia diversos aspectos da qualidade da educação, como infraestrutura, formação de professores e recursos didáticos. Para que se consiga uma boa educação, vários fatores devem ser considerados; A prioridade atribuída pela sociedade e pelos governos, também é considerado importante o montante de investimento que o País quer disponibilizar para educação naquele determinado período, isso também serve para

os Estados. De outro ponto de vista, é necessário contar com indicadores que possam mostrar, de forma clara, o desempenho do sistema.

São sete dimensões que formam o índice de qualidade na educação: ambiente educativo, prática pedagógica, avaliação, gestão escolar democrática, formação e condições de trabalho dos profissionais da escola, espaço físico escolar e, por fim, acesso, permanência e sucesso na escola (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2004).

Esses indicadores são usados para monitorar o progresso da educação no Brasil e identificar áreas que precisam de melhorias. Vale ressaltar que a situação educacional pode variar de região para região no país, sendo importante considerar essas diferenças ao analisar os indicadores.

5. METODOLOGIA

5.1. Caracterização do estudo

Neste capítulo, serão expostos os métodos e técnicas de pesquisa utilizadas de forma a promover um melhor entendimento do assunto abordado.

Para Gil (2008) qualquer classificação de pesquisa deve seguir algum critério e a partir daí será norteado todos os objetivos a serem alcançados numa investigação científica.

A metodologia empregada consistiu em uma entrevista aplicada à gestão escolar e presidente da UEX, que nos possibilita conhecer como o dinheiro foi utilizado e seus benefícios para a escola e com o objetivo de um maior esclarecimento sobre o processo de utilização do programa, mostrando também como é a participação do Conselho Escolar e da própria comunidade. São esses um dos responsáveis pela fiscalização do emprego correto para que haja os benefícios do programa.

Desta maneira, quanto a natureza desta pesquisa, define-se como sendo uma pesquisa aplicada, consistindo em uma pesquisa essencialmente motivada pela necessidade de resolver problemas concretos, e com finalidade prática (VERGARA, 2016). Ou seja, tem-se uma necessidade por parte do pesquisador, de conhecer aquilo que se está sendo pesquisado, com a finalidade de aplicação dos resultados.

No que tange as tipologias de pesquisa quanto a abordagem do problema, caracteriza-se como pesquisa qualitativa, ou seja, no método qualitativo são apresentados definições, considerações e argumentos, que venham a ajudar na análise e compreensão, configurando por ser uma pesquisa em que se há “análises mais profundas em relação ao fenômeno que está sendo estudado” (WICKERT, 2006, p. 92).

Quanto às tipologias de pesquisa, no que diz respeito aos objetivos desta, definem-se como uma pesquisa descritiva. Pois tem como objetivo o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados, assim como a descrição das particularidades de uma certa população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis (GIL, 2019).

Após a tipologia da pesquisa quanto aos objetivos apresentados, são apontados os procedimentos técnicos desta pesquisa, que dizem respeito ao modo pelo qual o estudo será conduzido e, portanto, obtidos os dados (WICKERT, 2006).

5.2. Campo de investigação e participantes da pesquisa

Assim, no que diz respeito aos meios de investigação, esta condiz a uma pesquisa de campo em que se trata de uma averiguação empírica realizada no local onde ocorre/ocorreu um determinado fenômeno, ou que dispõe de elementos para explicá-lo, isto é, o objeto de estudo é analisado em seu próprio ambiente (VERGARA, 2016).

Sendo neste caso em específico, uma entrevista com o gestor e o presidente da UEX responsáveis pela execução dos recursos da escola em estudo, para a coleta das informações necessárias e demais funcionários integrantes da área abordada.

Para tanto, será feita uma entrevista, para que se possa colher o posicionamento dos entrevistados de maneira a mostrar sua opinião. Destaca-se, também, como pesquisa bibliográfica, pois é um “estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral”. (VERGARA, 2016, p. 50).

Minayo (2007, p. 24) enfatiza que a pesquisa qualitativa “[...] trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” e, a partir desse conjunto de fenômenos humanos gerados socialmente, busca compreender e interpretar a realidade.

Campo: Escola Municipal Ernani Sátyro, localizada na rua Professor José Holmes, 120. Conjunto Ernani Satyro. João Pessoa-PB. CEP 58080-400.

O estudo de caso foi realizado na escola citada, onde existe a execução do recurso, foram entrevistadas duas pessoas que fazem parte da UEX (aqui discriminadas por ENTREVISTADO A e ENTREVISTADO B), cuja identidade foi preservada, conforme Termo de Consentimento livre e esclarecido, constante no Apêndice A.

Participantes: Membros do conselho escolar (Gestor Administrativo e Presidente da UEX).

5.3. Instrumentos e estratégias de coleta de dados

De acordo com Marconi e Lakatos (2006), as técnicas ou métodos de coleta de dados são considerados um conjunto de preceitos ou processos de que se serve uma ciência; são também a habilidade para usar esses preceitos ou normas na obtenção de seus propósitos.

Segundo Vergara (2000), os instrumentos de coleta de dados têm duas funções básicas: demonstrar a presença ou a ausência de um fenômeno e capacitar a quantificação e/ou qualificação dos fenômenos presentes.

Neste trabalho foi utilizada pesquisa documental de material do FNDE e de outros autores, cujo levantamento foi feito dos dias 02 a 16 de outubro de 2023. Ainda, foi realizada entrevista semiestruturada, para saber a opinião dos entrevistados sobre a utilização do recurso, conforme Apêndice B.

Trata-se de uma entrevista semiestruturada que segundo Ludke e André (1986), segue um roteiro com perguntas feitas a todos os entrevistados de maneira idêntica e na mesma ordem.

As informações e dados coletados para a formulação deste estudo foram analisados de duas formas: quantitativa e qualitativa, através de uma análise do conteúdo.

5.4. Tratamento e análise dos dados

Neste capítulo, serão expostos os métodos e técnicas de pesquisa utilizadas de forma a promover um melhor entendimento do assunto abordado, assim como, alcançar a elucidação do problema em questão.

Para Gil (2008) qualquer classificação de pesquisa deve seguir algum critério e a partir daí será norteado todos os objetivos a serem alcançados numa investigação científica.

Alves-Mazzotti e Gewandszadner (1998, p. 168) apontam como vantagem na utilização de entrevistas, ao invés de questionário, o fato de que, “por sua natureza interativa, a entrevista permite tratar de temas complexos que dificilmente poderiam ser investigados adequadamente por meio de questionários, explorando-os em profundidade”.

Segundo Franco (2008, p. 10) ele afirma que a Análise de Conteúdo, se situa “[...] no âmbito de uma abordagem metodológica crítica e epistemologicamente apoiada numa concepção de ciência que reconhece o papel ativo do sujeito na produção do conhecimento”.

Para guiar a etapa de análise de conteúdo, foram estabelecidas as seguintes categorias de análise:

- Autonomia
- Gestão dos recursos
- Desempenho escolar
- Melhoria da qualidade da educação

- Prestação de contas

Todo o processo de tratamento dos dados foi feito de acordo com o conteúdo coletado com a pesquisa de dados e com as observações em sites educacionais do Ministério da Educação (MEC), Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e FNDE Partindo deste enfoque, o estudo busca analisar a contribuição dos recursos do PDDE para a Escola Municipal Ernani Sátyro em João Pessoa – PB.

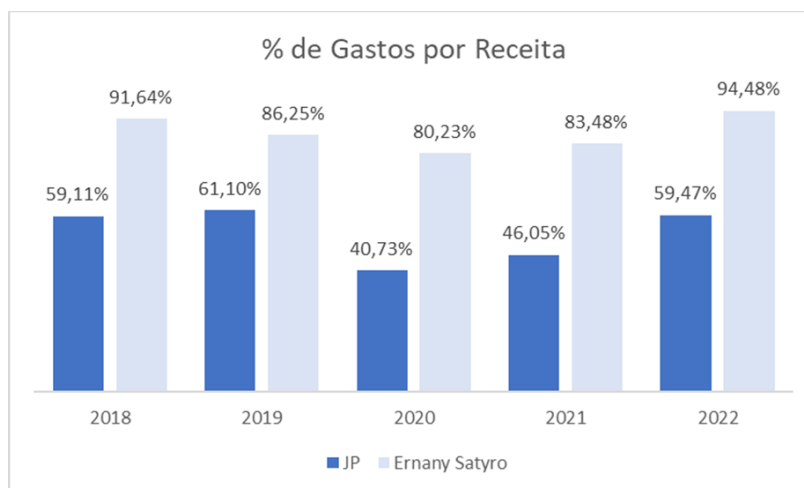
6. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

6.1. A Qualidade Da Educação na Escola Ernani Sátyro

Em cumprimento ao primeiro objetivo específico, que visa expor os indicadores de qualidade da educação da escola, será realizada uma análise dos dados levantados através de gráficos e comparativos para que determinado objetivo seja cumprido.

Conforme demonstra o Gráfico 1, onde nele foi feito um comparativo de porcentagem de gastos entre as escolas de todo o município de João Pessoa com a escola Ernani Satyro.

Gráfico 1- Comparativo Entre o Município e a Escola Estudada.



Fonte: Pesquisa Direta, 2023.

De acordo com a CNM (2023, n.p.) “Apesar do pequeno aumento da estimativa de receitas do Fundeb para 2023, a CNM alerta os gestores municipais sobre a correta aplicação dos recursos, especialmente em relação ao percentual do mínimo de 70% dos recursos do Fundeb”.

Sendo assim, com base nos dados levantados podemos observar que quando comparado às demais escolas da rede municipal e ao valor de 70% de recursos gastos como é solicitado pelo governo federal a escola teve um gasto bem significativos, a escola Ernani Satyro em todos os anos mostrado conseguiu se manter sempre acima dessa estimativa, fazendo assim com que seus recursos não acabassem sendo bloqueados e recebendo normalmente nos outros anos.

A escola com isso consegue ter uma visão de qual é sua necessidade, visto que o programa PDDE contempla pequenos reparos, se uma torneira precisa de manutenção, ou uma

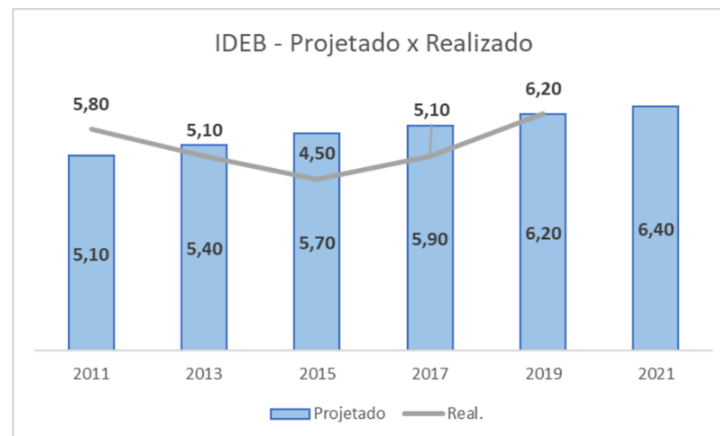
sala está com goteiras, a escola por si só pode resolver esse problema conseguindo assim realizar o serviço com mais rapidez, acabando que não suspendendo as aulas por muito tempo até que o problema seja resolvido.

Ao observar os dados, percebe-se que a administração do recurso foi além do esperado, contribuindo assim no ensino e aprendizado das crianças que ali estão, por meio de investimentos em materiais pedagógicos e permanentes, que acabam refletindo positivamente em outros critérios de avaliação, como por exemplo: o IDEB.

IDEB é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), formulado para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino. (MEC, 2007)

Como mostrado no Gráfico 2, onde temos o comparativo do IDEB projetado mais o alcançado, pode-se perceber que a escola consegue se manter no nível, não atingindo todos os anos o valor projetado, mas conseguindo ter uma boa pontuação.

Gráfico 2 - IDEB Projetado Mais o Alcançado.



Fonte: Pesquisa Direta, 2023.

O IDEB é um indicador de qualidade da educação que avalia o desempenho dos alunos através de uma avaliação nacional e a taxa de aprovação nas escolas. Ele serve como uma métrica para medir o progresso da educação no País.

Nos baseando em dados anteriores visualizamos os dados do IDEB da escola, houve uma queda no ano de 2015, porém a escola conseguiu se restabelecer conseguindo assim chegar ao que é projetado para ela isso reflete diretamente aos recursos investidos pela escola.

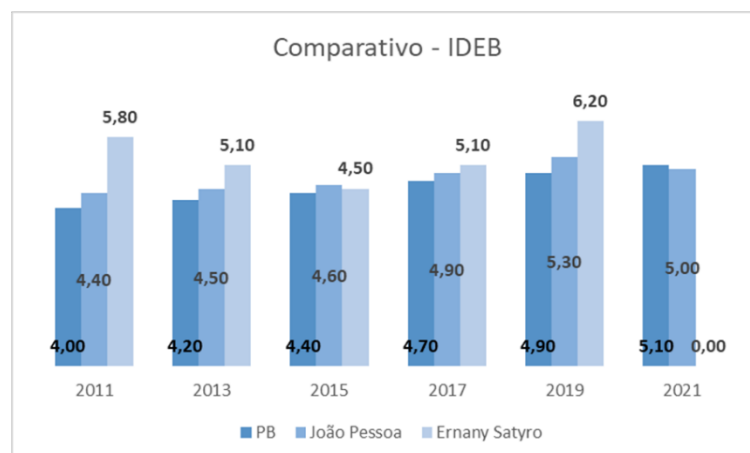
O Ideb funciona como um indicador nacional que possibilita o monitoramento da qualidade da Educação pela população por meio de dados concretos, com o qual a sociedade pode se mobilizar em busca de melhorias. Para tanto, o Ideb é calculado a partir de dois componentes: a taxa de rendimento escolar (aprovação) e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo Inep. Os índices de aprovação são obtidos a partir do Censo Escolar, realizado anualmente. (MEC, 2007, n. p.)

O investimento federal faz com que as escolas tenham mais autonomia na forma que desejam trabalhar, com o apoio da comunidade e com isso criando um plano a ser executado naquele ano, como projetos de leitura, oficinas de teatro, passeios voltados para determinado tema estudado naquele ano, além de aquisição de materiais permanentes para a elaboração das atividades, como notebook, retroprojeto, impressora colorida, entre outros.

Então a escola consegue ir além do que se é investido em recursos municipais, fazendo com que esse recurso suplementar agregue aos objetivos daquele ano, conseguindo assim uma melhor aprendizagem e a participação de todos para que isso aconteça.

O índice também é importante condutor de política pública em prol da qualidade da educação. É a ferramenta para acompanhamento das metas de qualidade para a educação básica, que tem estabelecido, como meta para 2022, alcançar média 6 – valor que corresponde a um sistema educacional de qualidade comparável ao dos países desenvolvidos. (INEP, 2022)

Gráfico 3 - Comparativo do IDEB Estadual, Municipal e da Escola Ernani Satyro.



Fonte: Pesquisa Direta, 2023.

Campos e Cruz (2009, p. 371) analisam o potencial do Fundeb “parece não existir uma correlação estatisticamente significativa entre o volume de recursos disponíveis para o investimento em educação pública e o grau de desenvolvimento da mesma”.

Assim, compreendemos que a quantidade de recursos não é proporcional aos resultados visíveis na estrutura e qualidade da oferta da educação, já que “o Fundeb não garante que os municípios com os piores indicadores educacionais poderão contar com um maior aporte de recursos” (op. cit; p. 374).

Conseguimos observar que mesmo com as observações do autor acima o comparativo entre o IDEB Estadual, Municipal e o recorte na escola Ernani Satyro, o desempenho da escola foi bem significativo, em 2015 tem uma queda razoável, mas no contexto geral a evolução da escola foi além, ela sempre ultrapassou os valores comparado aos demais níveis.

A relação entre o IDEB e o PDDE está no fato de que os recursos do PDDE podem ser usados pela escola para implementar ações que visem melhorar seus indicadores no IDEB, como por exemplo a utilização do programa tempo de aprender, que é uma ação do programa PDDE QUALIDADE que visa melhorar a alfabetização e a leitura dos alunos do primeiro e segundo ano do ensino fundamental, melhorando sua interpretação.

Esta ação trabalha em conjunto com a professora fazendo com que os alunos consigam atingir os objetivos pensados para aquele ano, com isso fazer uma boa prova do SAEB conseguindo assim aumentar as notas projetadas para a escola naquele ano.

Gráfico 4 - Colocação de Melhores Escolas em João Pessoa, Segundo a Nota do IDEB.

Melhores escolas públicas de João Pessoa-PB Ensino Fundamental 1° a 5° ano

#	Escola	Bairro	Nota IDEB
1°	EMEF DR JOSE NOVAIS	DOS NOVAIS	7,7
2°	EEEF PADRE AZEVEDO	JAGUARIBE	6,5
3°	CENTRO EST EXP DE ENS A SESQUICENTENARIO	CONJ PEDRO GONDIM	6,4
4°	EMEF PROFA ANA CRISTINA ROLIN MACHADO	AGUA FRIA	6,4
5°	EMEF GENERAL RODRIGO OTAVIO	BAIRRO DOS ESTADOS	6,4
6°	EMEF PADRE PEDRO SERRAO	CRISTO REDENTOR	6,4
7°	EMEF CONEGO MATIAS FREIRE	TORRE	6,3
8°	EMEF PROF PAULO FREIRE	JARDIM VENEZA	6,3
9°	EMEF PROF JOAO MEDEIROS	BAIRRO DOS NOVAIS	6,2
10°	EMEF ERNANY SATYRO	CONJUNTO ERNANI SATYRO	6,2

Fonte: Ver Escolas, 2022

Investir em políticas públicas sociais é essencial para garantir o bem-estar e a felicidade coletiva. É uma responsabilidade do estado garantir que todos os cidadãos tenham acesso às necessidades básicas e proteger os grupos mais vulneráveis. (BRITO, 2023)

Investimentos em políticas educacionais de forma efetiva é necessário para que resultados como dos do gráfico acima se repitam e até melhorem no passar dos anos, a escola estudada no ano de 2022 ficou entre as 10 melhores escolas públicas de João Pessoa e fazendo um recorte, ela seria a oitava da rede Municipal, visto que na tabela também temos escolas Estaduais.

Crianças de 5ª série que não sabem ler nem escrever, salários baixos para todos os profissionais da escola, equipes desestimuladas, famílias desinteressadas pelo que acontece com seus filhos nas salas de aula, qualidade que deixa a desejar, professores que fingem que ensinam e alunos que fingem que aprendem. O quadro da Educação brasileira (sobretudo a pública) está cada vez mais desanimador [...] (BENCINI, 2006, n. p.).

A escola estudada utiliza os recursos do programa Tempo de Aprender para melhorar o ensino e aprendizagem dos alunos para que eles melhorem o aprendizado para os anos seguintes fazendo com que os alunos consigam chegar ao 5º ano lendo com fluência e conseguindo fazer as demais etapas sem perdas no aprendizado.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9394/96) em seu artigo 2º:

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996, cap. II, art. 2º.).

Para que haja resultados como esses, escola e família precisam andar de mãos dadas, a participação da família na educação das crianças é fundamental para que a escola consiga obter resultados positivos.

6.2. Execução Do PDDE Na Escola Ernani Sátyro

Neste tópico será abordado em cumprimento ao segundo objetivo que fala sobre demonstrar a execução do programa de política pública PDDE na escola;

A escola junto com a comunidade escolar se reúne sempre que preciso para tomar as decisões sobre o uso do recurso, é planejado também junto com os professores o que será realizado pedagogicamente com os alunos, para que seja passado para os membros da UEX o

que os professores gostariam que fosse comprado para que fosse realizada aulas mais lúdicas e projetos naquele ano.

Após esse levantamento é elaborado o plano de ação que foi criado pelo setor de prestação de contas para que pudessem auxiliar nas escolhas, por exemplo: a escola planeja comprar uma caixa de som, pedimos para a escola entrar em contato com o setor responsável pelas compras para saber se não a previsão de entrega de tal material, caso exista essa previsão a escola pode investir o dinheiro em outro produto.

Abaixo segue o plano de ação enviado pela escola ao setor de prestação de contas nos anos de 2022 e 2023.

Figura 1 - Plano de Ação 2022.

PLANO DE EXECUÇÃO DOS RECURSOS DO FNDE - PDDE BÁSICO - EXERCÍCIO: 2022					
VALOR TOTAL DISPONÍVEL: R\$ 7.741,69 CUSTEIO: R\$ 831,39 CAPITAL: R\$ 2.950,30					
IDEB ATUAL DA UNIDADE			META DO IDEB PARA A UNIDADE		
6,2			7,0		
AÇÕES ADMINISTRATIVAS-PEDAGÓGICAS	OBJETIVOS	Período de Execução do Recurso	AQUISIÇÕES	RECURSO	
				CUSTEIO	CAPITAL
Melhoria do processo de ensino/aprendizagem.	<ul style="list-style-type: none"> Contribuir com o processo de Ensino/aprendizagem da Unidade de Ensino, pois consideramos que os materiais de apoio pedagógico, no caso de jogos e outros, contribuíam positivamente para as práticas pedagógicas, tendo em vista o baixo desempenho em relação a aprendizagem de uma parte dos alunos, precisamos ter recursos que contribuam para melhorar o rendimento e favorecer a prática pedagógica dos professores. 	Março a Dezembro	Material De Apoio Pedagógico (jogos diversos, alfabeto móvel, quebra-cabeça, tabuada, dinâmismo, etc.)	1.400,00	
			Mobiliário (2 mesas e 4 cadeiras infantil)		400,00
Bom andamento dos diferentes segmentos da unidade escolar.	<ul style="list-style-type: none"> Propiciar o bom desempenho das atividades diárias dos diferentes segmentos da Unidade de 		Equipamento para áudio (Caixa acústica)		2.400,00
	Ensino através da aquisição de materiais e bens que consideramos necessários para o momento.		Material de Copa e Cozinha(caixas organizadoras, garrafa de café, vassoura, pano de prato, bacias, etc.)	800,00	
Dar continuidade as práticas de higiene.	<ul style="list-style-type: none"> Favorecer o processo de higienização do ambiente escolar, tendo em vista que ainda vivenciamos o período de pandemia. 		Material de Expediente (papel ofício, cartolinas, canetas, lápis grafito, canetas, clips, álcool, água sanitária, detergente, etc.)	2.600,00	
TOTAL				4.800,00	2.800,00

João Pessoa, 23 de agosto de 2022.

Fonte: Escola Municipal Ernani Satyro, 2023.

Na figura 1, temos a criação do primeiro plano de ação da escola, a UEX obteve bastante dúvidas no momento da criação, por se tratar de algo novo, o setor responsável criou um momento com as escolas onde elas puderam ser sanadas sobre a montagem e com isso puderam entender a importância dessa criação, a partir disso a escola refez colocou o que já tinha sido

comprado, pois o plano foi enviado no mês de agosto e acrescentou o que ainda tinha pretensão em adquirir.

Outra dificuldade que a escola encontrou foi em usar a expectativa de valores, pois eles não tiveram tempo de sair e fazer pesquisas, com isso eles deixaram claro em reunião que os valores poderiam sofrer alterações, pois foi criado apenas para que eles pudessem planejar o que seria feito naquele ano.

Figura 2 - Plano de Ação 2023.

CUSTEIO – DESCRIÇÃO DOS ITENS			
Material de Apoio Pedagógico	Material de Expediente	Material de casa e banho APENAS PARA CMEIS E ESCOLAS COM ED. INFANTIL	Material de copa e cozinha
04 ca-Papel A-4 156 folhas de EVA com glitter, 50 ca de lápis de colorir, 1 ca caneta, 03 ca lápis grafite, 02 rolos - papel contato, 05- jogos educativos.	20 Escareelas tipo pastas finas, 100 envelopes, 03 expapel A-4 2 almofadas para corrimão, 20 caderno, 7 corretivo, 20 fitas adesivas, 5 tubos, 5 cola de contato.	XXXXXXXXXXXX	Panos de cozinha diversos, 06 toalhas de mesa, 01 jogo de jantar, café, chá, 04 Jarras para suco, 5 travessas de vidro.
Valor: 1.850,00	Valor: 1.350,00	Valor:	Valor: 800,00
Material de limpeza e produção de higienização	Material para manutenção em geral	Material laboratorial	Serviço de manutenção e conservação de equipamentos em geral
	descartáveis copos, pratos e talheres		
Valor:	Valor: 203,57	Valor:	Valor:
TOTAL DE CUSTEIO			4.202,57

CAPITAL – DESCRIÇÃO DOS ITENS			
Aparelhos e utensílios domésticos	Máquinas, utensílios e equipamentos diversos	Mobiliário em geral	
	01 Furadeira, 01 caixa de ferramentas, 05 caixas de som pequenas para salas de aula, 1 amplificador, fios e cabos, 1 escada pequena e jogo de corda para violão e corda		
Valor:	Valor: 2.944,37	Valor:	
Peças não incorporáveis a imóveis	Equipamentos para horta	Material e equipamento de apoio pedagógico	
Valor:	Valor:	Valor:	
TOTAL DE CAPITAL			2.944,37

João Pessoa, 11/6/2023

Eudácia Fernandes de Sousa Belarmino
Presidente do Conselho Deliberativo Escolar

Patrícia Helena Araújo
Gestor(a) Escolar

Lidiane da Silva
Presidente da UEx

Já no segundo ano de plano de ação, a escola já sabia que iria receber, pode então se organizar e planejar com a comunidade tudo que queria adquirir naquele ano, pode ouvir todos os setores da escola e suas necessidades para com isso filtrar o que era mais importante naquele ano e com o apoio da UEX a escola pode realizar o plano de 2023.

Logo após passado o período de escolha do que será comprado, o presidente e o tesoureiro saem para fazer a cotação desses materiais para que os valores levantados sejam mostrados em reunião, isso é feito tanto para mostrar pesquisas de materiais pedagógicos, de expediente e bens de capital.

Com isso a UEX tenta suprir os projetos da escola para determinado ano, já que alguns dos produtos não são fornecidos pela secretaria, dessa forma ajudando na melhora da aprendizagem das crianças.

6.3. Valores recebidos pela escola Ernani Satyro

O levantamento feito foi referente aos anos de 2018 a 2022, visto que a prestação de contas referente a 2023 só serão recebidas em janeiro de 2024.

Na planilha abaixo podemos acompanhar os gastos que a escola teve nesses anos, vendo que em alguns anos mais de 90% usado, mas na maioria deles os gastos ficavam superiores a 75% que é o valor recomendado pelo FNDE.

Figura 3 - Valores Recebidos e Executados de 2018 A 2022.

Ernany Satyro	Reprog. A.A	Crédito	Rep + Cred.	Executado	Reprog. A.S	% Exec
2018	1.368,34	6.580,00	7.948,34	7.284,25	720,50	91,64%
2019	720,50	3.270,00	3.990,50	3.441,90	555,15	86,25%
2020	555,15	3.818,96	4.374,11	3.509,15	864,96	80,23%
2021	864,97	6.060,00	6.924,97	5.781,20	1.211,69	83,48%
2022	1.211,69	6.570,00	7.781,69	7.352,46	576,94	94,48%

Fonte: Pesquisa Direta, 2023.

Os valores recebidos são baseados no Censo do ano anterior, a escola estudada é de pequeno porte, em média 250 alunos, então não recebe recursos tão volumosos, porém dá pra suprir em partes o que a escola almeja para aquele ano.

Os itens observados que são de maior aquisição da escola são tintas para impressora colorida, jogos educativos, copo descartável, emborrachado colorido, papelaria diversa, lápis grafite, borracha, grampo almofada para carimbo, materiais pedagógicos e de expediente em

geral. Com esses produtos a escola tenta complementar com o que já é entregue pela gestão municipal, porém alguns deles a prefeitura não contempla.

Abaixo segue fotos tiradas na escola dos materiais mais adquiridos por eles, segundo os respondentes são os que a escola mais usa, para poder complementar com o que é recebido da prefeitura de João Pessoa (FIGURA 4).

Figura 4 - Purificador de água.



Fonte: Pesquisa Direta, 2023.

Durante a pandemia da COVID-19 ocorrida em 2020, foi solicitado que as escolas tomassem medidas de prevenção para que as aulas pudessem voltar, às escolas foram contempladas com o emergencial COVID que foi uma ação dentro do PDDE Qualidade, porém algumas escolas tomaram providências antes e acabaram utilizando o dinheiro do PDDE básico para resolver tais problemas enquanto não recebiam esse recurso, o purificador de água foi uma das medidas tomadas para que as crianças não tivessem contato direto com o bebedouro.

Outra aquisição feita nesse período foi a compra de uma impressora colorida, como as atividades eram impressas houve a necessidade de criar atividades mais lúdicas onde as crianças pudessem ter mais interesse no que estava sendo feito. (FIGURA 5).

Figura 5 - Impressora colorida.



Fonte: Pesquisa Direta, 2023.

A Prefeitura de João Pessoa contempla as escolas com a impressora convencional, a compra de uma impressora colorida vai de acordo com a necessidade da escola, a maioria faz a compra para imprimir atividades em festividades, atividades lúdicas e atividades que prendam a atenção de crianças com necessidades especiais, para poder manter o uso dessa máquina a escola precisa adquirir as tintas para uso. (FIGURA 6).

Figura 6 - Tintas para uso da impressora colorida.



Fonte: Pesquisa Direta, 2023.

A compra de materiais de fins pedagógicos e de expediente é comum para uso do dia a dia da escola, sabemos que uma escola consome bastante lápis, borracha, grampos para que as atividades ocorram bem durante a semana, a prefeitura conta com um cronograma de envios, o que ocasiona de algumas vezes a escola precisar comprar certos materiais para alguma culminância ou até mesmo alguma data comemorativa. (FIGURA 7 e 8).

Figura 7 - Materiais para suporte pedagógico.



Fonte: Pesquisa Direta, 2023.

Figura 8 - Materiais para suporte pedagógico.



Fonte: Pesquisa Direta, 2023.

Um dos bens de capitais adquiridos pela escola foram ventiladores para melhorar a circulação de ar nas salas, porém recentemente a escola passou por uma reforma, onde ela foi contemplada com equipamentos novos cedidos pela prefeitura na escola toda, os mesmos encontram-se guardados, para que haja substituição sempre que precisar. (FIGURA 9).

Figura 9 - Ventiladores.



Fonte: Pesquisa Direta, 2023.

Um dos últimos materiais mostrados foram jogos educativos usados de forma pedagógica, a respondente A relatou que os jogos servem para a melhora da concentração, diversão e aprendizagem, que também são bastante utilizados para estimular a concentração e a participação das crianças especiais. (FIGURA 10).

Figura 10 - Jogos Educativos.



Fonte: Pesquisa Direta, 2023.

Na visita feita a escola, foi passado como o recurso recebido contribuiu para o desenvolvimento escolar das crianças, as compras adquiridas no decorrer dos anos contribuiram para a melhora do funcionamento escolar, pois todos os materiais contribuiu para atividades

realizadas, como atividades de matemática com o uso do jogos onde ensinam as horas, melhora da coordenação motora e concentração com a utilização de jogos como quebra cabeça e dominó, a elaboração de atividades mais dinâmicas e a criação de materiais para atividades comemorativas com o uso dos materiais pedagógicos e com a utilização da impressora colorida.

Em um determinado momento a gestora escolar fala que “a combinação do PDDE com a autonomia escolar tem causado um impacto positivo na qualidade da educação. Em nossa unidade pudemos investir no melhoramento do ambiente, na aquisição de materiais diversos, tanto educativo quanto de expediente e o importante que é tudo de acordo com a necessidade da escola. Sem dúvida o uso da autonomia dos nossos recursos contribui sim, para melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem”.

6.4.A importância da autonomia escolar na escolha da execução dos recursos do PDDE

Em cumprimento ao segundo e terceiro objetivo específico, que visa compreender os efeitos do PDDE na Escola Ernani Sátyro e demonstrar a importância da autonomia escolar na escolha da execução dos recursos, será feito a análise das respostas dos entrevistados com o intuito de entender o que eles acham dos impactos do programa na escola estudada.

Para a construção da autonomia da escola faz-se necessário a elaboração de um verdadeiro projeto pedagógico, ou seja, a produção de um grande documento, fruto de discussão e do consenso entre todos os trabalhadores da escola acerca do futuro pretendido para a instituição e seus atores (JÚNIOR, 2002, p. 206).

Com relação ao que se fala sobre autonomia as entrevistadas relataram que a nível nacional elas acham o programa de grande valia pelo fato de dar mais possibilidades para que a escola consiga obter aquilo que se planeja, em um dos momentos uma pontuou que “a chave para se ter um bom uso do PDDE é equilibrar autonomia e responsabilidade para garantir que a qualidade da educação seja mantida” (Respondente A, 2023).

Pode-se observar que em determinado momento existe o receio do programa ser descontinuado visto que vários outros criados também já foram, pois a vista delas o programa é de bastante suporte para as escolas.

Já com relação a autonomia escolar ambas concordam que contribui muito no desempenho escolar, pois todos envolvidos tem vez e voz fazendo com que todos ali participem, dê ideias, não só a escola mas na comunidade como toda, já nessa parte conseguimos entrar no momento onde a questão seria a participação dos pais e da comunidade no processo de decisão, onde elas falam que a comunidade tem interesse em participar na melhoria da educação de seus filhos, que gostam bastante do programa e sempre se envolvem, pois o fato de descentralizar mostra que eles também podem ser ouvidos.

Com a existência do PDDE nas escolas é possível avaliar “como ocorreu a transformação e em que intensidade aconteceram avanços na qualidade de trabalho das pessoas envolvidas, além de averiguar como contribuiu com o desenvolvimento de uma dada comunidade” (FARFUS, 2008, p. 107).

Existem além de tudo isso, os desafios que são encontrados para que essa utilização autônoma seja feita, muitas das vezes parte informações dos setores para que haja primeiro uma solicitação formal à secretaria de educação, para saber se eles disponibilizam tais equipamentos e a escola invista o valor em outro material, porém os processos via secretaria acabam sendo mais demorados porque depende de processo licitatório e que muitas vezes o mesmo pode acabar fracassando e demorando a aquisição por parte da prefeitura.

Outro desafio que elas falam é sobre os profissionais da escola que não aceitam fazer parte do conselho, por ser algo burocrático, complicando assim as novas eleições quando é necessário fazer as trocas de membros.

Para as entrevistadas a gestão do recurso pela escola faz com que as coisas aconteçam de forma melhor e descentralizada, a comunidade participa, os pais estão próximos e observando como os recursos estão sendo executados e vendo a evolução na educação de seus filhos, como falado anteriormente ainda existe certa resistência dos funcionários escolares em querer participar da UEX por acharem algo muito burocrático.

Um das características do PDDE que mais proporciona críticas é a questão da burocratização. São muitas as normas e diretrizes que mostram o que deve ou não ser feito com os recursos, além de uma detalhada prestação de contas para ser apresentada pela equipe diretiva aos órgãos responsáveis. (SILVA, 2015, p. 93)

Segundo a respondente B, mesmo alguns recursos já virem com plano de ação pronto, como é o caso do PDDE QUALIDADE eles ficam satisfeitos em ver que eles são usados para a melhoria do ensino das crianças e a gestora administrativa concorda e confirma que o melhor no final de tudo é ver que o recurso está sendo usado para o crescimento das crianças.

Sobre o desempenho escolar com o uso dos recursos elas reforçam a importância da ação que existe dentro do PDDE QUALIDADE o tempo de aprender, a ação é voltada para que as crianças do primeiro e segundo ano tenham aulas de reforço no horário oposto da aula, ajudando assim o professor no processo de alfabetização das crianças, dentro desse programa parte do dinheiro pode ser investido na compra de materiais pedagógicos para as aulas, unindo ao PDDE BÁSICO a escola consegue fazer atividades como: projetos de leitura, cestas literárias todas associadas a materiais tecnológicos que foram fornecidos pela secretaria de educação ajudando ainda mais nesse momento de aprendizagem.

Em determinado momento a gestora administrativa chega a falar que “que tem essas iniciativas como uma forma de tentar deixar um ambiente motivador para que os alunos se sintam acolhidos” (Respondente A, 2023), isso faz com que a criança se motive mais e sempre queira estar naquele local.

Ainda falando sobre o desempenho escolar elas comentam que o impacto no futuro social das crianças é que eles desenvolvem habilidades importantes que acabam refletindo no seu crescimento, como: resolução de problemas, comunicação, socialização, valores que muitas vezes não aprendem em casa junto a família, e que isso acaba aumentando a autoconfiança das crianças e que acabam no futuro conseguindo bons empregos com bons salários.

Ambas falam que um dos programas mais exitosos para a melhoria da qualidade da educação sem dúvidas é o tempo de aprender, que como já foi falado auxilia no processo de alfabetização das crianças, onde elas falam que conseguiram evolução significativa, em um dos momentos elas chegam a mencionar que várias crianças da turma de 1º e 2º ano onde o programa é aplicado já conseguem ler com fluência, mostrando assim como o programa tem agido de maneira eficiente em sua unidade escolar.

A respondente B que também é professora da turma contemplada com o programa menciona que ele tem ajudado bastante já que várias crianças tinham déficit de aprendizagem

e agora com o programa elas evoluíram bastante e como os atendimentos são feitos em horários opostos não atrapalha o momento de sala de aula.

Elas falam sobre a associação do desempenho escolar e a autonomia que para elas tem sido ótimo que por ser uma escola pequena elas conseguem acompanhar de perto as necessidades dos alunos e da escola e com isso elaborar um trabalho conjunto que possa melhorar o desenvolvimento dos alunos e com o programa elas conseguem adquirir materiais diversos para o uso do dia a dia, como materiais pedagógicos e de expediente. Em umas das falas elas citam que “Sem dúvida o uso da autonomia dos nossos recursos contribui sim, para melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem, dessa forma tentamos promover um ambiente de aprendizado eficaz, equitativo e inovador” (Respondente A, 2023).

Os trabalhos desenvolvidos na escola devem ser voltados à democratização e para o ideal de uma educação que tem como compromisso ensinar posturas democráticas e participativas (LÜCK, 2010).

Por último, mas não menos importante elas falam sobre a prestação de contas, que para elas é de grande importância ter transparência junto à comunidade escolar que isso faz com que eles percebam como o recurso é utilizado de maneira responsável com isso mostrando que o dinheiro foi usado de acordo com as diretrizes de cada programa e que a apresentação de recibos e notas fiscais faz com que a comunidade tenha ainda mais confiança na forma que o recurso está sendo utilizado.

A autonomia coloca na escola a responsabilidade de prestar contas do que faz ou deixa de fazer, sem repassar para outro setor essa tarefa e, ao aproximar escola e famílias, é capaz de permitir uma participação realmente efetiva da comunidade, o que caracteriza como uma categoria eminentemente democrática (NEVES, 1995, p. 99).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de tudo que foi abordado e estudado, podemos perceber que os objetivos do trabalho conseguiram ser alcançados, a escola mostra como a autonomia no uso de recursos foi fundamental para conseguir chegar no que almejavam nesse momento.

Não desconsiderando o suporte dado pelos recursos municipais, para que a escola caminhe da forma que eles planejam todos os anos, mas conseguir autonomia, pensar em conjunto, poder se reunir e debater com sua comunidade sobre como pode ser administrados tais recursos para aquele ano fortalece ainda mais o vínculo entre eles e a escola.

As políticas educacionais fazem com que crianças com menos acesso consigam estudar de uma forma mais ampla, a escola consegue fazer aquisições de produtos para que as atividades sejam mais elaboradas, de materiais pedagógicos quando a escola não conta com algo específico, ou até mesmo na manutenção de algum espaço para que as aulas não sejam interrompidas, isso tudo faz com que se perca menos tempo com a parte mais burocrática, que seriam as solicitações entre secretaria de educação e a escola e faz com que a unidade consiga resolver esses problemas com suas próprias pernas.

Com isso o crescimento na qualidade da educação reflete nos dados federais, como foi mostrado com o resultado do IDEB, a escola conseguiu crescer na sua nota atingindo assim uma ótima colocação entre escolas públicas do município e mostrando como é importante o investimento na qualidade da educação.

O investimento federal com o programa PDDE faz com que a escola possa oferecer o melhor para a criança naquele ano, a ação tempo de aprender que faz parte do PDDE QUALIDADE ajuda diretamente no ensino e aprendizagem, com o recurso pode ser feita a contratação de auxiliares educacionais que trabalham no turno oposto ao da aula contribuindo no processo de alfabetização, fazendo com que a criança desenvolva suas habilidades no tempo correto.

A melhora no investimento das políticas educacionais precisa ser contínua, as crianças do ensino básico precisam chegar ao nível médio lendo e escrevendo de forma correta e clara, para que a partir disso possa escolher o que é melhor para o seu futuro, gastos com educação não são gastos, mas investimento.

A escola Municipal Ernani Satyro observa isso e tenta de forma contínua aplicar seus recursos para que sempre chegue para quem realmente precisa dele, que são os alunos. Quando escola e família andam de mãos dadas consegue-se fazer com que os alunos cresçam mais e mais, fazendo com o que está sendo investido valha a pena, conseguimos através disso observar como uma administração correta e a autonomia escolar no uso do PDDE é importante para o desenvolvimento educacional dos alunos.

O desempenho escolar é alcançado, pois a escola consegue investir na melhoria da aprendizagem dos alunos com a utilização dos recursos, como o mesmo é utilizado com projetos de leitura, uso para compra de material de desenvolvimento pedagógico, as crianças conseguem ter um suporte melhor para os anos escolares que a esperam.

Como alguns pais e alunos participam da UEX no processo de decisão, eles conseguem ter um olhar mais positivo para a educação pública e para o dinheiro que é investido na educação do seu filho, pois está acompanhando de perto todo investimento que está sendo feito, o que é um ponto muito positivo por conseguir trabalhar em conjunto, escola e família.

Percebemos que tanto a gestão da escola como o membro da UEX veem o programa de forma positiva, melhorando significativamente a aprendizagem das crianças, trazendo mais confiança e autonomia escolar, eles em todo momento nos mostram como isso é importante para o dia a dia das crianças que um local melhor de estudo se torna um ambiente mais acolhedor trazendo motivação, que valores criados nesse ambiente refletem muito no desenvolvimento deles, onde muitos por ter uma realidade difícil não conseguem essa motivação em seu lar.

REFERÊNCIAS

A UNIÃO. Projeto combate evasão escolar e prejuízos da pandemia. https://auniao.pb.gov.br/noticias/caderno_diversidade/projeto-combate-evasao-escolar-e-prejuizos-da-pandemia, 2023.

AGÊNCIA IBGE. Em 2022, analfabetismo cai, mas continua mais alto entre idosos, pretos e pardos e no Nordeste. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37089-em-2022-analfabetismo-cai-mas-continua-mais-alto-entre-idosos-pretos-e-pardos-e-no-nordeste#:~:text=A%20taxa%20de%20analfabetismo%20recuou,%2C8%25%20para%20o%20Sudeste>, 2023.

ALVES-MAZZOTTI, A.J; GEWANDSZNADJER, F. O Método nas Ciências Naturais e Sociais: Pesquisa Quantitativa e Qualitativa. São Paulo: Pioneira, 1998.

ARAÚJO, G. C. de. Estado, política educacional e direito à educação no Brasil: "o problema maior é o de estudar". Educ. Rev., Curitiba, nº 39, p. 279-292, abr. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010440602011000100018&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 25 mar. 2023

ARROYO, M.G. Los colectivos depauperados repolitizan los currícula. In: SACRISTAN, J.G. (Org.). *Saberes e incertidumbres sobre el currículum* Madrid: Morata, 2010.

BENCINI, Roberta; MORAES, Trajano de; MINAMI, Thiago. O desafio da qualidade não dá mais para esperar: ou o Brasil coloca a Educação no topo das prioridades ou estará condenado ao subdesenvolvimento. A boa notícia é que a situação tem jeito se a sociedade agir já. Nova Escola. Ano XXI. N.1996.

BERNARDO, Joyce Santana et al. Implicações dos repasses constitucionais na qualidade da educação municipal das regiões Norte e Nordeste do Brasil. Educ. Pesqui. São Paulo, v. 46, e 218302, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/wBKXwpzGVqLFdJ8yqksLbdz/?lang=pt>>. Acesso em 13 de set. 2023

BRASIL, LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm.

BRASIL. Lei n. 10.172, de 9 janeiro de 2001. Institui o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 10 jan. 2001, seção 1, p. 1. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm>. Acesso em: set.2023.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 junho de 2014: Plano Nacional de Educação. Brasília, 2014.

BRASIL. MEC. Resolução nº 10 de 18 de abril de 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Manual de Orientação para a Constituição de Unidade Executora. Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação divulga dados sobre a educação básica. <https://www.gov.br/pt-br/noticias/educacao-e-pesquisa/2022/09/ministerio-da-educacao-divulga-dados-sobre-a-educacao-basica>, 2022.

BRASIL. Resolução n. 7 de 12 de abril de 2012. Dispõe sobre os procedimentos de adesão e habilitação e as formas de execução e prestação de contas referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).

BRITO, Matheus. O investimento em políticas públicas sociais pelo estado e a felicidade social coletiva. <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/o-investimento-em-politicas-publicas-sociais-pelo-estado-e-a-felicidade-social-coletiva/1742038199>, 2023.

CABRAL NETO, Antônio. Gerencialismo e gestão educacional: cenários, princípios e estratégias. In: FRANÇA, Magna; BEZERRA, Maura Costa (org.). Política educacional: gestão e qualidade do ensino. Brasília: Liber livro, 2009.

CAMPOS, B. C; CRUZ, B. P. A. Impactos do Fundeb sobre a qualidade do ensino básico público: uma análise para os municípios do estado do Rio de Janeiro. Revista de Administração Pública RAP. Rio de Janeiro 43(2):371-93, MAR./ABR. 2009.

CARNEIRO, M. A. LDB Fácil: leitura crítico-compreensiva, artigo a artigo. 17. ed. atualizada e ampliada. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

CASTRO, Cláudio de Moura. A prática da pesquisa. 1.ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1977.

CASSINI, S. A. Contribuições para a defesa da escola pública como garantia do direito à educação: aportes conceituais para a compreensão da educação como serviço, direito e bem público. Rev. Bras. Estud. Pedagóg., Brasília, v. 98, nº 250, p. 561-579, set./dez. 2017.

CNN BRASIL. Educação brasileira está em último lugar em ranking de competitividade. <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/educacao-brasileira-esta-em-ultimo-lugar-em-ranking-de-competitividade/>, 2021.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Os Conselhos de Educação e a Gestão dos Sistemas. IN FERREIRA, Naura S. C. & AGUIAR, Marcia A. S. (orgs). Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2000.

DEMO, Pedro. Praticar ciência: Metodologias do conhecimento científico - 1ª edição. [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2007. 9788502148079. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502148079/>.

FNDE. Resolução PDDE. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/14211-resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-15,-de-16-de-setembro-de-2021>.

FNDE. PDDE - Dados abertos. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/dadosabertos/organization/about/pdde>.

FRANCO, M. L. P. B. Análise do conteúdo. Brasília: Liber Livro, 2.008.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social, 7ª edição: Grupo GEN, 2019. 9788597020991. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597020991/>

GOLDEMBERG, J. O repensar da educação no Brasil. In Estudos avançados. Vol 07. Nº 18. São Paulo. 1993

GRISA, Gregório. Políticas educacionais nos últimos 20 anos e os desafios da próxima década. Disponível em: <https://gregoriogrisa.com.br/politicas-educacionais-nos-ultimos-20-anos-e-os-desafios-da-proxima-decada/>.

JÚNIOR, Celestino Alves da Silva. O espaço da administração no tempo da gestão. In: MACHADO, Lourdes Marcelino; FERREIRA, NauraSyria (org.). Política e Gestão da Educação: Dois Olhares. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

LÜCK, Heloísa. A gestão participativa na escola. Petrópolis, RJ; Vozes, 2010.

LÜDKE, M; ANDRÉ, M.E.D.A. Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do Trabalho Científico. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2006

MARTINS, Ângela M. Autonomia e descentralização: a (ex)ensão do tema na agenda das políticas públicas educacionais recentes. Revista Portuguesa de Educação, 15(1), p.269-296, 2002.

MINAYO, M. C. S. O desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, S. F.; GOMES, R.; MINAYO, M. C. S. (Org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Revista e atualizada. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 9-29.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Ideb – Apresentação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conheca-o-ideb#:~:text=O%20Ideb%20funciona%20como%20um,mobilizar%20em%20busca%20de%20melhorias>, 2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb#:~:text=O%20Ideb%20agrega%20ao%20enfoque,varia%20de%200%20a%2010>, 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Indicadores da Qualidade na Educação. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_indqua.pdf, 2004.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. MEC retoma investimentos para melhorar educação. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2023/abril/mec-retoma-investimentos-para-melhorar-educacao>.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Regularização de Pendências de Prestação de Contas de Unidades Executoras Próprias (UEx). Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) Disponível

em: https://www.fnde.gov.br/phocadownload/programas/dinheiro_direto_na_escola/Consulta/Perguntas%20e%20Respostas%20-%20Orientacoes%20para%20Regularizacao%20de%20Prestacao%20de%20Contas%20-%20UEx.pdf, 2014.

MONACO, F. R. Descentralização e centralização. In.: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (Org.). Dicionário de Política, v. 1. Brasília: UNB, p. 329-335, 2002.

NEVES, Carmem Moreira de Castro. Autonomia da escola pública: um enfoque operacional. In: VEIGA, Ilma Passos A (org). Projeto Político-Pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas, SP: Papirus, 1995.

OECD BETTER LIFE INDEX. Disponível em: <https://www.oecdbetterlifeindex.org/pt/quesitos/education-pt/#:~:text=Em%20m%C3%A9dia%2C%20cerca%20de%2079,pelo%20menos%2C%20o%20ensino%20m%C3%A9dio>, 2018.

PEREIRA, Ana Paula; A APLICAÇÃO DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA EM UMA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE PACAJUS – CE. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/313/Pereira_Ana_Paula_Marques.pdf?sequencia=1.

PUC GOIÁS. Políticas educacionais: Qual a importância? Disponível em: <https://ead.pucgoias.edu.br/blog/politicas-educacionais>.

SAMPAIO, Victor Hugo; OLIVEIRA, Rodrigo Lima. Trajetória histórica do Programa Dinheiro Direto na Escola de 1995 a 2014. Disponível em: <http://www.fineduca.org.br/wp-content/uploads/AnaisV/Politicas/politicas-62.pdf>.

SCHWARTZMAN, S. e col. Os desafios da educação no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2005.

SILVA, Givanildo. O PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA (PDDE) COMO MECANISMO DA DESCENTRALIZAÇÃO FINANCEIRA, PARTICIPAÇÃO E AUTONOMIA NA GESTÃO ESCOLAR. Maceio, 2015. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/bitstream/riufal/6575/1/O%20programa%20dinheiro%20direto%20na%20escola%20%28PDDE%29%20como%20mecanismo%20da%20Descentraliza%C3%A7%C3%A3o%20financeira%2C%20participa%C3%A7%C3%A3o%20e%20autonomia%20na%20gest%C3%A3o%20escolar.pdf>. Nov. 2023.

SMARJASSI, Celia; ARZANI, José Henrique. As políticas públicas e o direito à educação no Brasil: uma perspectiva histórica. Revista Educação Pública, v. 21, nº 15, 27 de abril de 2021. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/15/as-politicas-publicas-e-o-direito-a-educacao-no-brasil-uma-perspectiva-historica>

UNICEF. (09/2022). Dois milhões de crianças e adolescentes de 11 a 19 anos não estão frequentando a escola no Brasil, alerta a UNICEF. Retirado de: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/dois-milhoes-de-criancas-e-adolescentes-de-11-a-19-anos-nao-estao-frequentando-a-escola-no-brasil>.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB. Identificação das Boas Práticas na gestão do PDDE, Disponível em: <https://smaprogramasfnde.org/wp-content/uploads/2022/10/Boas-praticas-na-gestao-do-PDDE-Relatorio.pdf>, 2021.

UNYLEYA. O que são as políticas educacionais?. Disponível em: <https://blog.unyleya.edu.br/insights-confiaveis/o-que-sao-as-politicas-educacionais/>

VAN ZANTEN, A. Politiques éducatives. In: VAN ZANTEN, A. (Dir.) Dictionnaire de l'éducation. Paris: Quadrige/PUF, 2008.

VERGARA, Sylvia Constant. Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração, 16ª edição. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2016. 9788597007480. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597007480/>.

VERGARA, S.C – Projetos e Relatórios de pesquisa em administração. 3 Ed. São Paulo: Atlas, 2000.

WICKERT, I.M.B. (05/2006). Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática, 3ª edição. [Minha Biblioteca]. Retirado de: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522486977/>.

APENDICES

APENDICES A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO E AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA DE CAMPO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr (a) para participar da Pesquisa de Análise Da Contribuição Dos Recursos Do PDDE Para A Escola Municipal Ernani Sátyro Em João Pessoa - PB, sob a responsabilidade do/a pesquisador/a Karollyne Maria Araújo de Macêdo, orientado pela Prof^a. Dra. Emmanuelle Arnaud Almeida, onde pretende descrever a contribuição dos recursos do PDDE para a Escola Municipal Ernani Sátyro. Sua participação é voluntária e se dará por meio de uma entrevista semiestruturada, onde será seguido um roteiro com perguntas iguais e serão feitas na mesma ordem, a entrevista será qualitativa onde todas as perguntas serão abertas, para que possa ser entendido com mais clareza a importância dos recursos para a escola. Se o/a Sr (a) aceitar participar, as respostas obtidas por esta pesquisa poderão contribuir para uma análise mais profunda e detalhada de como a administração de um recurso federal contribui na autonomia escolar, com isso mostrando como a participação da escola e comunidade é de grande importância na execução dos recursos assim melhorando a educação das crianças que estão naquele espaço. Se depois de consentir a sua participação o/a Sr. (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O/a Sr (a) não terá nenhuma despesa e não receberá nenhuma remuneração referente a esta pesquisa. Entretanto, caso o/a Sr. (a) tenha alguma despesa decorrente desta pesquisa será totalmente ressarcido/a pelo pesquisador/a responsável. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas a sua identidade não será divulgada, uma vez que será guardada em sigilo. CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO Eu, _____, fui informado sobre o que o/a pesquisador/a quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar da pesquisa, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias originais, as quais serão assinadas por mim e pelo/a pesquisador/a, ficando uma via com cada um de nós.

Assinatura ou impressão datiloscópica do/da participante da pesquisa

Assinatura do Pesquisador responsável

Data: ____/____/____



Instituto Federal Educação, Ciência e
Tecnologia da Paraíba
Unidade Acadêmica de Gestão
Curso Superior de Bacharelado em
Administração

Da: Coordenação de Curso Superior de Bacharelado em Administração
Para: Prefeitura Municipal de João Pessoa

Autorização para Pesquisa de Campo

Prezado(a) Betanea de Fatima Filgueira Vital

Solicitamos por meio deste a autorização de Vossa Senhoria para que o(a) aluno(a) Karollyne Maria Araújo de Macêdo, matrícula 20192460038, da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso, do Curso de Bacharelado em Administração do Instituto Federal Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, realize as atividades de observação e pesquisa de campo para coleta de dados na Divisão de Planejamento e Gestão Escolar.

Para realizar a atividade de pesquisa, o(a) aluno(a) deverá acompanhar e ou observar algumas atividades desenvolvidas no cotidiano como planilhas financeiras e valores executados pela escola municipal Ermani Satyro nos anos de 2018 a 2022.

A aluno(a) citado se compromete em guardar sigilo de fatos confidenciais e ainda deixar à disposição da divisão de planejamento e gestão escolar os dados e as análises resultantes do projeto desenvolvido.

Outrossim, informamos que todas as atividades acima descritas serão desenvolvidas pelo(a) aluno(a), sob orientação de um professor pesquisador vinculado à Instituto Federal Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.

Contando com a colaboração de Vossa Senhoria, subscrevemo-nos e pedimos sua autorização.

Atenciosamente,

João Pessoa, 01 de Junho de 2023.

Karollyne Maria A. de Macêdo
Aluno(a)

Coordenação do curso de Bacharelado em Administração

Autorizo a intervenção;

Betanea de Fatima Filgueira Vital
Chefe de Divisão

APENDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA

BLOCO 1 - Contexto Geral

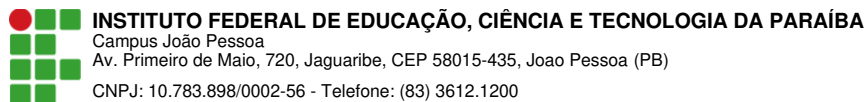
1. Qual a importância dos pais, alunos e comunidade local no processo de decisão relacionado ao uso dos recursos do PDDE na escola?
2. Existem estratégias ou programas específicos que você acredita serem eficazes para melhorar o desempenho escolar dos estudantes?
3. Como você acredita que a melhoria do desempenho escolar pode impactar positivamente o futuro social e profissional dos estudantes?
4. Como você vê o futuro do PDDE e da autonomia escolar no Brasil? Quais são os principais benefícios que eles podem trazer para a educação?

BLOCO 2 - Contexto Escolar

1. Em sua opinião, qual é a importância do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) para a Escola Municipal Ernani Satyro?
2. Como o PDDE tem contribuído para a promoção da autonomia da escola em relação à gestão de recursos e tomada de decisões?
3. Quais são os principais desafios que a escola enfrenta ao utilizar os recursos do PDDE de forma autônoma?
4. Qual a sua opinião sobre a prestação de contas dos recursos recebidos por meio do PDDE? Como isso contribui para a transparência e responsabilidade na gestão escolar?

5. Você poderia compartilhar exemplos de projetos ou melhorias realizadas na escola Ernani Sátyro com o apoio do PDDE que demonstram a eficácia desse programa?

6. Como você descreveria o impacto do PDDE e da autonomia escolar na qualidade da educação oferecida pela escola Ernani Sátyro?



Documento Digitalizado Ostensivo (Público)

TCC versão final 2023.2 - Karollyne Maria Araújo de Macêdo

Assunto: TCC versão final 2023.2 - Karollyne Maria Araújo de Macêdo
Assinado por: Karollyne Macedo
Tipo do Documento: Anexo
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Ostensivo (Público)
Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

- **Karollyne Maria Araújo de Macedo, ALUNO (20192460038) DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO - JOÃO PESSOA**, em 13/12/2023 16:33:21.

Este documento foi armazenado no SUAP em 13/12/2023. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpb.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 1022118
Código de Autenticação: 0bed988f5a

